

Aumento expressivo de casos de dengue em Paraíso acende alerta das autoridades de saúde

página 16

GETTY IMAGES

Perseguição policial termina com adolescente baleado e apreendido em Paraíso

página 7

Incêndio atinge caminhão baú na BR 265 próximo ao Parque da Serrinha, em Paraíso

página 4

Bombeiros atendem tombamento de carreta na MG 050

página 7



Sicoob Nossocrédito encerra 2024 com recorde de 38 milhões em resultado bruto

(SOBRAS LÍQUIDAS + JUROS AO CAPITAL + FATES)

Veja Balanço nas páginas 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16



SOB A LONA DA ESPERANÇA: "Circo Social" transforma a vida de crianças e adolescentes da região

Capa do Caderno B

Vereador fiscaliza obras de abrigo municipal para animais na Serra do Campo Alegre

página 8

Paraíso Futsal estreia com goleada na LIDARP: equipe venceu o Guaranésia pelo placar de 5 a 1

pág. 8

Encontro das Mulheres Produtoras destaca protagonismo feminino na cafeicultura

página 16

Lisandro critica atraso na obra do Sesc e sugere seja devolvido a área da antiga Pça de Esportes Castelo Branco, ao município

página 4



@mediterraneaimobiliaria

Invista sua colheita onde você pode confiar.

Compre seu terreno com a **Mediterranéé Imobiliária**

Mais informações: **35 98862-2676** Endereço: Rua Pinto Ribeiro, 635.

EDITERRANÉE Creci - J.3432



Cuidar da sua saúde nunca foi tão fácil.

Planos de Saúde a partir de: **R\$ 119,98** mensais

Planos odontológicos a partir de: **R\$ 24,00** mensais

Pronto Atendimento Digital a partir de: **R\$ 4,90** mensais

Opcional de Transporte Aeromédico **R\$ 5,50** mensais

Solicite proposta: **(35) 98853-9851**
www.unimedssp.coop.br

Unimed S. S. do Paraíso

1 - Plano UnIPOP Ambulatorial Coparticipativo Pessoa Jurídica Reg. ANS: 477.492/17-2. Preço para contratação via pessoa jurídica de 1 pessoa com idade de até 18 anos. 2 - Plano Unimed Odonto Essencial - Reg. ANS: 471.145/14-9. Preço para uma pessoa, em contratação via Pessoa Jurídica. 3 - Pronto Atendimento Digital: preço exclusivo para contratação conjunta com o plano de saúde Unimed São Sebastião do Paraíso.

CURTAS

PREOCUPANTE

Apesar de toneladas e mais toneladas de entulhos retirados em diversos pontos da cidade em mutirões feitos pela Prefeitura, São Sebastião do Paraíso volta a apresentar neste ano, números preocupantes relativo à casos de dengue. Quase mil notificações já foram lavradas nestes três meses de 2025, e o crescimento tem sido contínuo nas últimas semanas.

QUASE MIL

Conforme o mais recente boletim divulgado pela Prefeitura, o município registrou 929 notificações de casos suspeitos da doença, sendo que 292 foram confirmados. Outros 440 testaram negativo e 197 ainda estão em avaliação e 291 não foram concluídos por recusa dos pacientes ou falta de informações. Felizmente não houve óbito confirmado, ou caso sendo investigado.

REPUDIADO

O vereador Roney Vilaça usou a tribuna livre na sessão ordinária de segunda-feira, 24, conforme disse, para "repudiar o governo petista que está levando o país ao colapso econômico". Criticou o vice-presidente da República, Geraldo Alckimin por sugerir que "o Banco Central retire preços dos alimentos do cálculo da inflação, para maquiagem os dados e ter taxa Selic menor, sendo que deveriam fazer o dever de casa, ter gestão, responsabilidade fiscal".

"FALTARÁ AREIA"

Vilaça criticou o aumento no número de ministérios, atualmente mais de quarenta, disse que "está havendo ganância desenfreada, o que infelizmente impacta no nosso município paraense. Se derem o Deserto do Saara para o governo petista administrar, em pouco tempo estará faltando areia".

ANO QUE VEM

"Estamos na antevéspera de eleições e não tivemos a felicidade de receber a visita ou convite de nossos representantes na esfera maior, para oferecer emendas parlamentares para ajudar no desenvolvimento do município, com mais rapidez. Fica para o ano que vem, de janeiro em diante, quando começam aparecer pingados". A afirmativa é do vereador Toninho Picirilo, em sessão da Câmara de Paraíso.

"MOEDAS EM PIRES"

"Nossa cidade não é mais para receber moedas em pires. É preciso que vejamos com outros olhos, nosso município, a região. Não precisamos de esmolas, precisamos ser reconhecidos, a pujança do município que produz muito para o país", complementou Toninho, ao criticar o sumiço de deputados votados, ou em busca de votos em Paraíso.

"BUSCAR FERRAMENTAS"

Cidinha Cerize, Daiana Andrade, Laís Carvalho, vereadoras da Câmara em São Sebastião do Paraíso participaram semana passada em Brasília, do 5.º Encontro Nacional das Procuradoras da Mulher, realizado na Câmara dos Deputados. "Vimos buscar ferramentas para a implantação da Procuradoria da Mulher na Câmara Municipal de Paraíso", disse Cidinha, autora do projeto. Laís garantiu que retornaram "com uma bagagem gigantesca". Daiane ressaltou a atuação jurídica e política adquirida no evento.

MÉDICA E ENGENHEIRO

Cláudia Soares Alves, médica, foi solta no início desta semana. Estava presa em Orizona, interior de Goiás, acusada de sequestrar uma recém-nascida no Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia, em julho de 2024. Ação registrada por câmeras de segurança. Em Belo Horizonte o engenheiro Rafael Bicalho foi condenado a 5 anos e 5 meses de prisão por tentativa de homicídio contra o médico Henrique Papini a quem espancou na saída de uma boate. Papini sofreu paralisia facial, perda de audição e danos permanentes no olho esquerdo.

CABELEIREIRA

A dosimetria da pena para cabeleireira Débora Rodrigues dos Santos, mãe de duas crianças também nesta semana, por ter pichado de batom a estátua "A Justiça, em frente à sede do STF, com a frase "perdeu, mané", que foi limpa com duas passadas de esfregão, destoa. O ministro Alexandre de Moraes votou pela prisão de Débora por 14 anos. Sexta-feira, 28, concedeu a ela prisão domiciliar. Terá que usar tornozeleira, não poderá usar redes sociais, não poderá comunicar com demais acusados, não poderá conceder entrevistas, e nem receber visitas, exceto de seus advogados.

MEMÓRIA PARAENSE

Em 29 de março de 1937, Maria de Freitas, obtém a carta de habilitação de motorista, tornando-se possivelmente, a primeira mulher em São Sebastião do Paraíso a conquistá-la. Nascida em 1.º de maio de 1906, em Passos, era solteira, e foi aprovada pelos examinadores Elvin Espanguer e Arthur Teixeira, na categoria "amadora". Maria de Freitas, sabia ler e escrever e apresentou atestado de capacidade física emitido pelo médico Dr. Joaquim Alves Pinto (Quinzinho), e capacidade moral, pelo delegado Sebastião Fróes. (Do Livro Ememérides Paraenses).

EXPEDIENTE  **Jornal do Sudoeste**

BISSEMANÁRIO DE CIRCULAÇÃO REGIONAL

Filiado ao SINDIJORI (Sindicato dos Proprietários de Jornais do Interior de Minas Gerais)

GRÁFICA E EDITORA DR LTDA. CNPJ: 05.336.514/0001-36

Rua Célia, 25 - Vila Irmãos Bello - Fone: (35) 3531.1897

CEP: 37950-106 / São Sebastião do Paraíso - MG

e-mail: contato@jornaldosudoeste.com.br e vendas@jornaldosudoeste.com.br

homepage: www.jornaldosudoeste.com.br

Editor e Diretor Responsável: Nelson de Paula Duarte - MT 08199

REGISTRADO NO CARTÓRIO DE TÍTULO E DOCUMENTOS REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS SOB Nº 20 DO LIVRO B1 FOLHAS 024.

DIAGRAMAÇÃO: Vasco Caetano Vasco

Impressão: GRÁFICA E EDITORA VALE DO FLAMBOYANT LTDA.

Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, 485 - Lagoinha - Ribeirão Preto - SP

Textos assinados são de responsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente, a opinião do jornal.

OPINIÃO

O STF E O FORO PRIVILEGIADO

"O Supremo, eleito por um homem só, não poderia alargar, como fez agora, sua competência para estender o foro privilegiado, até exteriorizando uma visão política bem acentuada, a fim de incluir pessoas que deveriam ser julgadas pelo juiz natural".

A mudança de jurisdição do Supremo Tribunal Federal, no que diz respeito ao foro privilegiado, é tema deste artigo.

Vale lembrar que o foro privilegiado foi criado para hipóteses bem definidas na Constituição. A razão principal foi a de não permitir que uma autoridade, no exercício de suas funções, pudesse ser, por exemplo, destituída de suas atividades por um juiz recém-concurado. Tornou-se uma garantia, portanto, para que os representantes do povo não pudessem ser afastados por decisão de um recém-magistrado de primeira instância.

Sempre defendeu-se no país, que o limite do foro privilegiado deveria ser restrito e sujeito exclusivamente ao que está na Constituição e às hipóteses lá apresentadas. Em 2018, o Supremo reiterou essa jurisprudência, afirmando que, como intérprete da Constituição, o foro privilegiado só poderia ser aquele que os constituintes inseriram na nossa Carta Magna.

Em recente decisão, contudo, o Supremo Tribunal Federal alargou essa hipótese, não por definição dos constituintes, mas por interpretação extensiva da Corte, mudando sua própria jurisprudência de 2018 para incluir pessoas que não deveriam lá estar, contrariando aqueles que escreveram a Lei Suprema e que foram eleitos pelo povo.

Sempre reitero minha admiração pelos Ministros do Supremo, como juristas, e muitas vezes me constrange ter que discordar, mas, nesse ponto, preciso divergir: quem escreve e elabora a Constituição não é o Supremo Tribunal Federal, e sim aqueles que foram eleitos pelo povo, originalmente, para elaborá-la, bem como constituintes derivados por meio de emendas à Lei Maior.

No momento que o Supremo Tribunal Federal criou hipótese que não consta da Constituição, é evidente que

legislou - não como legislador ordinário, nem como legislador complementar, mas como legislador constituinte.

Nos Estados Unidos, que têm a mesma Constituição desde 1787, o saudoso "justice" da Suprema Corte, Antonin Scalia - grande figura e bom amigo -, sempre defendeu o originalismo constitucional, que interpreta a Constituição com base no entendimento original do texto do momento de sua adoção. A Suprema Corte só pode decidir sobre o que os constituintes escreveram e incorporaram na Constituição, pois reflete o desejo do povo.

O Supremo, eleito por um homem só, com todo o respeito que tenho por todos os Ministros, não poderia alargar, como fez agora, sua competência para estender o foro privilegiado, até exteriorizando uma visão política bem acentuada, a fim de incluir pessoas que deveriam ser julgadas pelo juiz natural.

De rigor, o Supremo é o intérprete da Constituição e não um constituinte derivado. Como participei de audiências públicas e mantive contato permanente com Ulysses Guimarães e Bernardo Cabral, com quem tenho inúmeros livros escritos e que foi o relator da Constituição, permito-me, mais uma vez, com o devido respeito a todos os magistrados da Suprema Corte, divergir.

Ives Gandra da Silva Martins é professor emérito das universidades Mackenzie, Unip, Unifio, UnifMU, do Clee/O Estado de São Paulo, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), Superior de Guerra (ESG) e da Magistratura do Tribunal Regional Federal - 1ª Região, professor honorário das Universidades Austral (Argentina), San Martín de Porres (Peru) e Vasill Goldis (Romênia), doutor honoris causa das Universidades de Craiova (Romênia) e das PUCs PR e RS, catedrático da Universidade do Minho (Portugal), presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio -SP, ex-presidente da Academia Paulista de Letras (APL) e do Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp).

TAXAS!

Como as mudanças temporais acontecimentos se sucedem, Ora vento leve, ora vendavais Ora muros fortes que cedem!

As grandes nações digladiam Pequenas potências arripiam Sob clima de grave tormenta, Para instinto de defesa atenta!

Decretadas guerras comerciais Que atingem todos os mortais. Na indústria, comércio, campo Sob impacto, natural espanto!

Tentar entender economia Para o simples consumidor, É bastante no dia após dia: Aumentos, maior dissabor!

Agradecer Deus a morada Em terra fértil, abençoada, Pedir a Deus a iluminação, Ser bem dirigida a Nação!

(Maria Amélia Leal)

Escrivã aposentada, professora, advogada
São Sebastião do Paraíso - Minas Gerais

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO – MG
Processo nº 2655/2025, Registro de preço, modalidade Pregão nº 011/2025, na forma eletrônica, do tipo MENOR PREÇO. Critério de Julgamento: POR ITEM. Objeto: Registro de preços objetivando a aquisição de medicamentos éticos, em atendimento as demandas judiciais da Secretaria de Saúde, através do menor preço sob a coluna de Preço Máximo de Venda ao Governo, contidos na Tabela CMED/ANVISA com entrega parcelada, por um período de 12 (doze) meses, conforme necessidade da Administração, itens de livre participação. As propostas serão recebidas até o dia 22/04/2025 e o horário para início da sessão será às 09:00 hs do mesmo dia. O edital completo e as demais informações relativas a presente licitação encontram-se a disposição no site: <http://ammllicita.org.br>; <http://transparencia.sp.ssparaizo.mg.gov.br/licitacoes>; <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, e na Prefeitura Municipal, Gerência de Compras e Licitações, na Praça dos Imigrantes, nº 100, Lagoinha, nesta cidade, fone (0xx35) 3539-7000 ou fone (0xx35) 3539-7015, diariamente das 08:30 às 16:30 h, onde poderão ser lidos, examinados e adquiridos. São Sebastião do Paraíso – MG, 28 de março de 2025. FERNANDA CRISTINA PEREIRA – Pregoeira.

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso – MG. Processo nº 03617/2025, modalidade Concorrência Eletrônica nº 003/2025, tipo MENOR PREÇO. Critério de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução das obras e serviços de Proteção contra incêndios e Pânico (PCIP) visando atender às necessidades premente de garantir a segurança de crianças, funcionários e visitantes em creches e escolas públicas, promovendo a conformidade com as normas legais e técnicas vigentes, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro, projetos e Arts anexo ao processo, nos termos da Lei nº 14.133/21. As propostas serão recebidas até o dia 17/04/2025, às 08:50:00. O edital completo e as demais informações relativas a presente licitação encontram-se a disposição no site: <http://ammllicita.org.br>; <http://transparencia.sp.ssparaizo.mg.gov.br/licitacoes>; <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e na Prefeitura Municipal, Gerência de Compras e Licitações, na Praça dos Imigrantes, nº 100, Lagoinha, nesta cidade, fone (0xx35) 3539-7000 ou fone (0xx35) 3539-7015, diariamente das 08:30 às 16:30 hs, onde poderão ser lidos, examinados e adquiridos. São Sebastião do Paraíso – MG, 19 de março de 2025. RODRIGO AUGUSTO DE OLIVEIRA – Agente de Contratação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO – MG
Processo nº 3872/2025, Registro de preço, modalidade Pregão nº 018/2025, na forma eletrônica, do tipo MENOR PREÇO (MENOR % ACRESCIMO SOBRE O VALOR DA TABELA). Critério de Julgamento: POR ITEM. Objeto: Registro de Preços para escolha mais vantajosa e eventual contratação de fornecedor objetivando a aquisição de hortifrutis destinados à elaboração de refeições dos alunos da rede municipal de ensino, da Secretaria de Educação, à cantina do Pátio Municipal para os funcionários da Secretaria de Obras, Serviços Públicos e Planejamento Urbano, à Secretaria de Ciência e Tecnologia, para alimentação de alunos e colaboradores, destinados também às Secretarias de Esporte; e destinados às refeições dos pacientes em tratamento nos CAPS da Secretaria de Saúde, com entrega parcelada, por um período de 12 (doze) meses.

As propostas serão recebidas até o dia 16/04/2025 e o horário para início da sessão será às 10 h do mesmo dia. O edital completo e as demais informações relativas a presente licitação encontram-se a disposição no site: <http://ammllicita.org.br>; <http://transparencia.sp.ssparaizo.mg.gov.br/licitacoes>; <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, e na Prefeitura Municipal, Gerência de Compras e Licitações, na Praça dos Imigrantes, nº 100, Lagoinha, nesta cidade, fone (0xx35) 3539-7000 ou fone (0xx35) 3539-7015, diariamente das 08:30 às 16:30 hs, onde poderão ser lidos, examinados e adquiridos. São Sebastião do Paraíso – MG, 27 de março de 2025. FERNANDA CRISTINA PEREIRA – Pregoeira

FALECIMENTOS

16/03 - Vitor Ferreira, 68 anos
17/03 - Sonia Maria Silva Rodrigues, 62 anos
19/03 - Jorge Migliorato, 77 anos
21/03 - Aparecida Pimenta da Silva, 77 anos

Coluna Espírita

JESUS, MODELO E GUIA

Referência, todos precisamos de referências para saber como agir.

Desde criança nossas ações são influenciadas profundamente pelos referenciais que temos mais próximos de nossas vidas. Entendemos hoje que a família é o primeiro modelo de comportamento que o infante tem à sua disposição, e que será de suprema importância em seu desenvolvimento.

Foi assim que, entendendo esta característica humana milenar, Allan Kardec, iniciando a exposição das leis morais em sua obra-prima, O Livro dos Espíritos, inquiriu à Espiritualidade:

Qual o tipo mais perfeito que Deus tem oferecido ao homem, para lhe servir de guia e modelo?

Há sabedoria na pergunta kardequiana, que inicialmente vê como indispensável termos referencial, e depois na solicitação de um tipo mais perfeito.

Sim, precisamos ter um Guia e Modelo acima de todos os outros. Um inquestionável, que apresente todas as características possíveis de perfeição. A resposta dos Espíritos é muito clara e objetiva: Jesus.

Logo em seguida, o professor lionês faz um comentário esclarecedor:

Para o homem, Jesus constitui o tipo de perfeição moral a que a humanidade pode aspirar na Terra. Deus no-lo oferece como o mais perfeito modelo e a doutrina que ensinou é a expressão mais pura da lei do Senhor.

Aí está Kardec ressaltando uma vez mais a ideia de Modelo e Guia proposta por ele mesmo no questionamento inicial.

Faz-se mister que diferencemos, didaticamente, estas duas características desse Mestre maior, para que nos aprofundemos mais nas reflexões.

O que podemos entender por Modelo?

Modelo seria uma forma típica para ser reproduzido ou imitado. Para os pintores, escultores, o modelo é a figura a ser copiada, ou a referência única de inspiração para se compor uma obra. No mundo da moda, os modelos são padrões de beleza ditados por esta ou aquela corrente, neste

ou naquele momento da História.

Entender Jesus como Modelo, é perceber em Seus atos, em Suas atitudes, na maneira como procedeu nesta ou naquela situação, uma referência atemporal a ser imitada.

Quando o Mestre proclama, heroico: Tomai sobre vós o meu jugo, e aprendei comigo que sou manso e humilde de coração, Ele nos diz:

Percebam minha mansidão ao enfrentar as adversidades da vida. Mirem-se na minha humildade, virtude que já tenho conquistada, para que vocês construam a sua.

Em outra feita, quando nos momentos finais de Sua vida na Terra, pede ao Pai Maior que compreenda os que O estavam assassinando, Ele exemplifica o perdão incondicional. Nas entrelinhas poderíamos ler: Inspirem-se no meu exemplo, perdando aqueles que me matam. Façam o mesmo.

O que podemos entender como Guia?

Guia é aquele que aponta o caminho, que conduz, que aconselha. É o Cristo sempre foi o guia por excelência, mostrando-nos todos os caminhos seguros, alertando-nos sobre as trilhas incertas e perigosas.

Jesus estava sendo Guia quando disse: Aquele que quiser ser o maior dentre vós, seja o servo de todos. Ele aponta assim o caminho da grandeza de Espírito, a grandeza de quem serve.

Ao recitar as bem-aventuranças, Ele deixa claro quais as consequências de quem toma o caminho da misericórdia, do pacifismo, da pureza de coração...

Finalmente, coroando sua missão como Guia e Modelo, deixa-nos Seu maior ensinamento: Amai-vos uns aos outros, como eu vos amei. Como Guia lúcido, indica o caminho seguro do amor. Como Modelo irretocável, sugere-nos que nos inspiremos em Sua forma de amar, na maneira sublime com que amou a Humanidade inteira.

Redação do Momento Espírita com base no item 625, de O Livro dos Espíritos, de Allan Kardec, ed. FEB. Disponível no CD Momento Espírita, v. 15, ed. FEB.



**OPORTUNIDADE ÚNICA
PARA CONQUISTAR
SEU IMÓVEL!**

As melhores ofertas de imobiliárias,
construtoras e lojas do setor
te esperam no Feirão de Imóveis!

**02, 03 E 04
DE ABRIL**

LOCAL: DURANTE A
FETEC AGRO
NO RECINTO DA EXPAR

**Primeira Edição
FEIRÃO
DE IMÓVEIS**
ACISSP CDL

DURANTE A
FETECAGRO2025

PATROCINADORES: mybox, MARCENARIA MODERNA, FETEC AGRO 2025

REALIZAÇÃO: ACISSP, CDL

APOIO: EKATA, realvale, REDI CONSTRUTORA

PARTICIPANTES: RFR, Global, REJANE AVOES, COOPERATIVA DE BOMAS MARQUINHO, face imóveis

PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO/MG
"O MUNICÍPIO DO AGRONEGÓCIO"
- ADM 2025/2028 -

APRESENTA:

FETEC AGRO 2025

Feira Tecnológica do Agronegócio da Região de Paraíso

**PÉ NA TERRA E
TECNOLOGIA NA MÃO!**

02, 03 E 04 DE ABRIL
13h às 21h no recinto da Expar

Masters: EPTV, SICOOB Nossocredito, JXO, BANCO DO BRASIL, CODEMGE, VOLCAFE

Venha viver a força do agro na FETEC!

- ✓ Exposição de Animais
- ✓ Provas Equestres
- ✓ Instituições financeiras.
- ✓ Segurança 24h
- ✓ Arena Árábica
- ✓ Praça de alimentação
- ✓ Palco central para shows
- ✓ Mais de 50.000m² de área
- ✓ +de 100 estandes
- ✓ Happy hour sertanejo

Patrocínio: NOVAMERICA PE, LS Tractor, PINDALENSE, XCMG, cooxupé, Unimed ft, JOHN DEERE, COOPERATIVUS

ACISSP ACISSP

Lisandro critica atraso na obra do Sesc e sugere seja devolvido a área da antiga Pça de Esportes Castelo Branco, ao município

Durante o grande expediente na sessão na Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso, segunda-feira (24), o vereador presidente, Lisandro José Monteiro, criticou o atraso na construção da unidade do Sesc. Segundo o parlamentar, o local – que abrigava a antiga Praça de Esportes Castelo Branco, cujas instalações foram destruídas – já deveria ter recebido a nova estrutura.

“Após tantos anos de promessas e planejamento, ainda não foi iniciada a obra do Sesc aqui no município. O prazo é até meados do próximo ano para concluir esse projeto, e não podemos aceitar mais demora”, afirmou Lisandro durante seu pronunciamento.

O vereador lembrou visita realizada há cinco anos a Belo Horizonte, na companhia de outros parlamentares para tratar do assunto. Segundo ele, naquela ocasião foi apresentado projeto detalhado, o mesmo que mais recentemente foi mostrado ao vereador Paulo César de Souza (Tatuzinho) e Daiane Andrade que estavam acompanhados pelo deputado Antonio Carlos Arantes.

Lisandro ressaltou que, apesar de todo o empenho e das promessas, até hoje não foram tomadas as providências necessárias para o início das obras. O presidente da Câmara disse não acreditar que a obra seja concluída até o próximo ano, e sugere que o SESC devolva o imóvel ao município que se encarregar de entregar à população, revitalizado, para práticas esportivas e sociais aquele tradicional espaço.

Lisandro pediu informações ao vereador Paulo César de Souza (Tatuzinho) que esteve recentemente na Fecomércio, em Belo Horizonte, nas companhias do deputado estadual Antonio Carlos Arantes e da vereadora Daiane Andrade, para tratar do assunto.

Tatuzinho destacou que já houve licitação, e que a empresa vencedora enfrentou disputa judicial com a segunda colocada. Ele acredita que as obras devem começar até abril.

O presidente da Câmara se mostrou inconformado com informação recebida. Ele demonstrou cópia de documento que disse ter recebido de um amigo, proprietário de máquina de esteira, caminhões, e faz demolições, o convidando a participar de licitação para “demolir parte do



ginásio da antiga Praça de Esportes Castelo Branco”.

Conforme explica, consta que seria para demolir as arquibancadas e o piso. “Fui ao local, não sou engenheiro, e verifiquei que duas colunas de

concreto estão sendo quebradas, e isso pode ser pretexto para dizer que estão danificadas, e o ginásio todo precisa ser demolido. Vão derubar é tudo”, prevê Lisandro Monteiro.



Incêndio atinge caminhão baú na BR 265 próximo ao Parque da Serrinha, em Paraíso

Na manhã desta sexta-feira (28), um incêndio atingiu um caminhão baú que trafegava pela BR 265, São Sebastião do Paraíso – Ribeirão Preto, proximidades do Parque da Serrinha.

O 2.º Grupamento do Corpo de Bombeiros foi acionado por volta das 6h e deslocou uma equipe com cami-

nhão de combate a incêndio para conter as chamas.

Ao chegarem, bombeiros verificaram que o incêndio havia atingido parcialmente o veículo, especialmente na cabine. A Guarda Civil Municipal e a Polícia Militar já estavam no local e haviam sinalizado a pista para garantir a segurança do trânsito.

A equipe do Corpo de Bombeiros conseguiu controlar o fogo, impedindo que se alastrasse para o restante do caminhão que transportava madeiras.

Não houve vítimas. No momento da chegada dos bombeiros o condutor não estava presente, e sua localização não foi informada. A

Polícia Militar assumiu a segurança do local até a chegada da Polícia Rodoviária.

A pista foi interditada parcialmente durante a atuação das equipes. As causas do incêndio ainda serão apuradas, mas a suspeita inicial é de que tenha sido provocado por pane elétrica no veículo.



Divulgação

- NOVA PARABÓLICA DIGITAL -

SATHD
Programação Gratuita Via Satélite

COMPATÍVEL
Compatível com os Satélites D2 e B1 Banda KU

100% LIVRE, SEM MENSALIDADE, SEM CONSUMIR SUA INTERNET

HDMI
Imagem com Qualidade FULL HD 1080p

De graça hoje, de graça sempre!
2 anos de garantia.
100% livre de mensalidade.
Mais de 70 canais.

Eletrônica Digital
Eletron - Eletrônicos
(35) 3558 - 1697 - (35) 9 8802 - 6759

Mato e falta de calçadas em ruas do Mediterrané, entulho no Loteamento Sion



FOTOS: Sebastião Tadeu

Moradores no Jd. Mediterrané reclamam de área verde pertencente a Prefeitura que está num matagal, e Loteamento Sion de terreno sujo de mato e entulhos

Sebastião Tadeu Ribeiro

A Prefeitura de São Sebastião do Paraíso está fazendo campanha pedindo e alertando para que as pessoas não joguem lixo ou outros detritos em terrenos baldios em todo o perímetro urbano da cidade. Realmente precisa veemente combater esta prática e que haja punição para que “porconildos” não venham sujar a cidade como está acontecendo.

A Prefeitura tem mesmo que notificar e penalizar na for-

ma da lei proprietários de terrenos vagos, bem dizer abandonados, sem calçadas e repletos de matos, que viram depósitos de lixo, entulhos e outros objetos que venham acumular água de chuva, virando criadouros do mosquito transmissor da dengue.

Vários moradores que residem no Jardim Mediterrané, principalmente nas ruas Expedicionário José Colombarolli, Domingos de Oliveira e Arthur Teixeira, entraram em contato com o Jornal do Sudoeste, para reclamar de uma área verde per-

tencente a Prefeitura, que está suja de mato e também não tem calçada, onde pedestres precisam caminhar no leito da rua. Referida área verde suja de mato, fica de frente para a rua Jornalista João Borges de Moura.

Também pessoas que residem à rua José Luiz Pereira, no Loteamento Sion, localizada nos fundos do escritório e estação de tratamento da Copasa, entraram em contato com o JS, pedindo para que a Prefeitura envie uma notificação urgente a um proprietário

de um enorme terreno que está cheio de entulhos, matos e objetos que podem sim acumular água de chuva e se tornar, ou até já ser um foco criadouro de mosquitos transmissores de dengue.

Pessoas que são proprietários de lotes vagos, inclusive a própria Prefeitura têm que manter seus terrenos “limpos e com calçadas prontas” para que Paraíso deixe de ser município campeão em casos de dengue, das regiões Sul e Sudoeste do Estado de Minas Gerais.

CUIDADO
É a melhor
PREVENÇÃO

Elimine criadouros, proteja sua comunidade contra a dengue.
LBV.ORG.BR

CHEGOU
O ATACADO E VAREJO MAIS
BARATO
DA REGIÃO

NOVO
Mineirão
ATACAREJO

SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO
Rua Luiz Paschoali, 100
Bairro Conjunto Habitacional Maria Italiana

OFERTAS VÁLIDAS DE 18/03/25 ATÉ 25/03/25 OU ENQUANTO DURAREM NOSSOS ESTOQUES, SOMENTE NA LOJA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG.

Acém/ Pá/ Peito Bovino Resfriado Peça/ Peçaço kg 25,80	Músculo Bovino Resfriado Peça/ Peçaço kg 25,80	Chã de Dentro Bovino Resfriado Peça/ Peçaço kg 29,80	Pernil Suíno Resfriado s/ Osso Peça/ Peçaço kg 16,80	Costela Suína em Tiras Congelada kg 8,90
Coxinha da Asa de Frango Congelada Seara 1kg 12,80 cada	Filé de Peito de Frango Congelado Aurora Bandeja 1kg 17,80 cada	Linguiça em Gomos p/ Churrasco Avivar kg 11,80	Filé de Polaca Bacalanor 500g 11,80 cada	Peixe Congelado Cavalinha Cubio kg 5,98
Peixe Piramutaba Inteira s/ Pele kg 9,80	Salsicha p/ Hot Dog Rara kg 4,98	Lasanha Maricota 500g 4,98 cada	Batata Congelada Uai 2kg 19,80 cada	Pão de Queijo Tradicional Maricota 800g 5,98 cada
Queijo Muçarela Peça/ Peçaço kg (Exceção Porto Alegre) 29,80	Leite Condensado Italc Tp 395g 4,58 cada	Mistura p/ Bolo Italc 400g 2,98 cada	Biscoito Água e Sal/ Cream Cracker/ Maisena Triunfo 164g/ 170g 1,48 cada	
Molho de Tomate Tradicional Pomodoro Sachê 300g 0,98 cada	Sardinha em Óleo Pescador 125g 3,58 cada	Farinha de Trigo Tipo 1 Vitoriosa Papel 1kg 2,48 cada	Vodka Orloff 1 litro 22,80 cada	Whisky Old Eight 900ml 17,80 cada
Água Mineral Lindoya Verão Sense s/ Gás 510ml 0,78 cada	Papel Higiênico Sulleg Neutro Folha Dupla 20 metros c/ 12 8,90 cada	Mop Rotatório Nobre Compacto 9 litros 38,00 cada	Prato Raso/ Fundo/ Sobre mesa Alleanza 12,80 cada	Air Fryer Preta HO 2,8 litros 127v 158,00 cada

Receba em primeira mão nossas

ofertas!



CHAMA A GENTE NO
WhatsApp
3298-7999



OS PREÇOS E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO APRESENTADAS NESTE CATÁLOGO SÃO VÁLIDAS APENAS DURANTE O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO MESMO. VENDAS POR ATACADO SOMENTE EM EMBALAGENS FECHADAS. GARANTIMOS A QUANTIDADE MÍNIMA DE 10 UNIDADES / QUILOS DOS PRODUTOS AQUI ANUNCIADOS. OS PRODUTOS AQUI OFERTADOS ESTÃO SUJEITOS À DISPONIBILIDADE DE ESTOQUE. TODAS AS IMAGENS / FOTOS DESTES ENCARTE SÃO MERAMENTE ILUSTRATIVAS. CONFORME LEGISLAÇÃO, PARA TROÇAS OU DEVOLUÇÃO DE MERCADORIAS É NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DE NOTA FISCAL. SÃO PROIBIDAS A VENDA E A ENTREGA DE BEBIDAS ALCOÓLICAS A MENORES DE 18 ANOS. APRECIEMOS O DIREITO DE CORRIGIR INFORMAÇÕES INCORRETAS POR MOTIVOS DE ERROS DE DIGITAÇÃO.

RUA LUIZ PASCHOALI, 100 - BAIRRO CONJUNTO HABITACIONAL MARIA ITALIANA

SUAS COMPRAS EM ATÉ 2X NOS CARTÕES DE CRÉDITO*



CARTÕES DE DÉBITO: Visa, Cabal, Elo, Banesa, Banesa, Banesa, Banesa

TICKET ALIMENTAÇÃO:

PARA COMPRAS REALIZADAS SOMENTE NO VAREJO.



CARTEIRA DIGITAL: pix PicPay

TELEVENDAS
(31) 99950-8889

APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR E ESCANEIE O QR CODE E ACESSSE NOSSO SITE.



HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:
SEG. A SAB. DAS 07:00 AS 21:00H
DOMINGO: DAS 07:00 AS 18:00H



Red Bull não assume os próprios erros e continua implacável com seus pilotos

Liam Lawson é a mais nova vítima da conduta impiedosa dos comandantes da Red Bull para com os jovens pilotos que ela forma e depois chuta sem pudor

Bastaram dois finais de semana de corridas para a conhecida falta de paciência de Christian Horner e Helmut Marko, os comandantes da Red Bull, degolarem o jovem Liam Lawson. A equipe anunciou na última quinta-feira que o neozelandês de 23 anos, que erroneamente foi contratado no final do ano passado para substituir o mexicano Sergio Perez, será substituído pelo japonês Yuki Tsunoda já na próxima parada da F1, no Japão.

Digo erroneamente porque foi uma escolha mal feita da Red Bull ao escalar um piloto com a pouca experiência de apenas onze corridas que Lawson tinha para guiar um carro difícil de pilotar como o RB21, e sob a pressão de estar ao lado de Max Verstappen que faz mágica com o carro ruim. A Red Bull tinha a opção de escolher Tsunoda, muito mais experiente e com quase 100 Grandes Prêmios no currículo, mas na época Christian Horner deixou nas entrelinhas que não confiava na capacidade do piloto japonês da equipe satélite, Racing Bulls.

O mais vexatório nesse imbróglio todo nem é a pífia atuação de Lawson nas duas corridas disputadas até aqui - na Austrália largou de 18º e bateu durante a corrida, e na China largou de último na Sprint e na corrida do domingo sem dar sinais de evolução -, mas sim a Red Bull não assumir o próprio erro com a escolha que fez para ocupar o lugar de Sergio Perez que foi demitido no final do ano por conta dos maus resultados.

Tsunoda teria sido a escolha mais sensata para aquele momento e agora o pobre japonês acaba de ser jogado na cova dos leões sem nunca ter tido contato com o carro da Red Bull e com a pressão de talvez ser a próxima vítima das mazelas de Horner e Marko. Pelo menos as próximas corridas nos darão parâmetros de uma vez por toda se o problema da Red Bull é mesmo piloto, ou o carro, projetado muito mais para o estilo de pilotagem de Max Verstappen do que qualquer outro piloto em que só Verstappen consegue fazê-lo andar. Que o digam Daniil Kyvyat, Pierre Gasly, Alex Albon, todos chutados para fora da equipe antes que tivessem tempo necessário para entregar resultados.

A curta e infeliz passagem de Lawson pela Red Bull só não é maior que a desastrosa experiência de Luca Badoer com a Ferrari em 2009 quando foi chamado para substituir Felipe Massa que se recuperava de um grave acidente na Hungria, e foi dispensado depois de duas corridas por conta do fracasso. Nos registros da F1, pior que Lawson e Badoer, aconteceu com o japonês Yuji Ide que correu quatro GPs em 2006 pela Super Aguri e precisou ser dispensado por absoluta incapacidade técnica de pilotar um F1, ao ponto de sua superlicença ser cassada pela



Yuki Tsunoda tem agora a missão de fazer melhor o que Perez e Lawson não conseguiram, para não ser a próxima vítima dos mandatários da Red Bull

FIA. Lawson, contudo, seguirá sua carreira de onde saiu, na Racing Bull, no lugar de Tsunoda, mas com a pressão de ter que juntar os cacos e recomeçar tudo de novo.

Enquanto isso, Oscar Piastri venceu o GP da China e a McLaren chegou à marca de 50 dobradinhas na F1 com Lando Norris, líder do campeonato, que terminou em 2º. George Russell completou o pódio em 3º com a Mercedes na corrida em que a grande perdidora foi a Ferrari que teve os dois carros desclassificados após a vistoria técnica. O de Charles Leclerc por estar 1kg abaixo do peso mínimo, e o de Lewis Hamilton por apresentar desgaste de 0,5mm acima do permitido na prancha que regula a altura entre o assoalho do carro e o solo. A desclassificação da corrida do domingo, porém, não apaga o brilho da primeira grande conquista de Hamilton com a Ferrari ao fazer a pole e vencer a primeira corrida Sprint do ano, no sábado.



Dwlyan Santos

Dwlyan Santos foi campeão do Uai Chess Open em Guaxupé/MG

Arquivo Pessoal

No dia 23 de março de 2025, a cidade de Guaxupé/MG, sediou a primeira etapa do Uai Chess Open, um evento que reuniu os melhores enxadristas da região.

A competição ocorreu na Estação Cultural de Guaxupé, com o intuito de promover o xadrez no interior de Minas Gerais e São Paulo, além de movimentar os ratings da FIDE (Federação Internacional de Xadrez) e da CBX (Confederação Brasileira de Xadrez), destacando os talentos da modalidade.

O torneio contou com a participação de 60 inscritos provenientes de 10 cidades diferentes e foi organizado pela franquia Uai Chess Open, sob a coordenação do Clube de Xadrez Guaxupé e da Academia Genius de Xadrez, com o patrocínio da UNIMED Guaxupé e da CTX Tr. Alan.

A competição contou com a participação de diversos mestres e candidatos a mestre, proporcionando confrontos de elevado nível técnico.

O grande vencedor foi o Mestre Nacional Dwlyan Santos, representando o Clube de Xadrez de São Sebastião do Paraíso - CXSSP, que obteve a impressionante marca de 6 pontos em 6 possíveis. Dwlyan já conquistou vários torneios regionais e é o atual campeão Paraisense 2024, além de ser um competidor ativo nos principais torneios do país.

Em segundo lugar, ficou o Candidato a Mestre Nacional Wesley Gonçalves da Silva, de Guaxupé, que alcançou 5 dos 6 pontos possíveis. Wesley é bicampeão Guaxu-



XADREZ - Equipe CXSSP em Guaxupé/MG

peano e tem se destacado em competições regionais e nacionais.

Ambos os jogadores garantiram vaga no Torneio dos Campeões, que ocorrerá no final do ano, com uma premiação mínima de R\$1.500,00.

Além do Campeão Dwlyan e do Vice-Campeão Wesley estiveram entre os 10 melhores jogadores da competição:

MF Simão Dias de Muzambinho/MG (3º), Igor da Silva de Passos/MG (4º), Alex Dias de Muzambinho/MG (5º), Flávio Avelar de Passos/MG (6º), Jonathan Lemos de Passos/MG (7º), Clayton de Souza de Muzambinho/MG (8º), Lucas de Moraes de Guaxupé/MG (9º) e João Carlos da Costa também de Guaxupé (10º).

Também foram destaques paraisenses João Pedro Pessoni Campos que foi vice-campeão na categoria sub 14, Ana Maria Celestina Lucas que ficou na 2ª colocação na categoria feminino absoluto, Matheus Augusto Alvarenga Caetano que terminou na décima colocação geral do torneio

série prata e Lorenzo Reis Pereira 7º colocado na categoria sub 14 série ouro.

O Uai Chess Open surgiu da ideia de realizar torneios FIDE e CBX no interior de SP e MG a custo baixo, movimentando uma região que, apesar de possuir diversos projetos de xadrez, especialmente na base, ainda tinha pouca visibilidade no cenário enxadrístico.

Em cidades distantes das capitais mineira e paulista, é de suma importância a presença de eventos organizados e acolhedores, assim como seus habitantes.

A franquia Uai Chess Open está em tramitação desde 2023, quando surgiu a ideia da realização e formatação da competição. O principal desafio é unir cidades da região em uma competição oficial, já que ainda não há uma cultura consolidada de realização desse tipo de torneio.

As próximas etapas serão: 27 de Abril em Santa Cruz das Palmeiras/SP e 18 de Maio em Passos/MG.

Intervenção Pedagógica em São Sebastião do Paraíso busca reduzir defasagem escolar

JESSICA AP PAULA

Desde 2021, a Rede Municipal de Educação de São Sebastião do Paraíso tem implementado atividades de intervenção pedagógica com o objetivo de apoiar alunos que apresentem defasagem nos conteúdos escolares, com foco especial em alfabetização e letramento. A iniciativa foi adotada após o retorno das aulas presenciais, com a missão de garantir a aprendizagem e a autonomia dos estudantes que enfrentaram dificuldades durante o período de isolamento social.

A proposta central do projeto é assegurar que cada aluno alcance, o mais rápido possível, a alfabetização e o letramento tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática. De acordo com a metodologia, os alunos são progressivamente desafiados a consolidar a escrita ortográfica e a desenvolver leitura fluente e compreensiva. No campo das habilidades matemáticas, o foco está na construção do Sistema de Numeração Decimal (SND) e na resolução de problemas, envolvendo as operações fundamentais da matemática: adição, subtração, multiplicação e divisão.

A medida que os alunos avançam, eles ganham autonomia para acompanhar as atividades com os demais colegas, o que fortalece não só as habi-



lidades acadêmicas, mas também os vínculos entre os estudantes e os professores. Esse processo contribui para a melhoria da autoestima e dos comportamentos em sala de aula, já que os alunos passam a se sentir parte integrante do grupo.

A assessora pedagógica, Léa Aparecida de Carvalho Ribeiro, ao avaliar o impacto da ação, destaca sua eficácia no fortalecimento do aprendizado dos alunos envolvidos. Ressalta que, por meio de aulas planejadas com metodologias desafiadoras, mas de fácil compreensão, os resultados obtidos foram notáveis, com melhora na escrita, compreensão das regras ortográficas e resolução de problemas matemáticos.

Além disso, observou-se um maior interesse pela leitura, o que possibilitou avanços significativos no aprendizado dos estudantes. "Ações como essas promovem uma educação de qualidade e equidade", afirmou.

Para o secretário de Educação, Lucas Cândido, o projeto é considerado um dos maiores acertos da Secretaria Municipal de Educação, que desde 2021 tem se antecipado ao identificar as necessidades dos alunos que não tiveram as mesmas oportunidades que outros. "Buscamos equilibrar o processo de aprendizagem, garantindo que todas as crianças possam aproveitar as atividades propostas", conclui o secretário.

INTERNET RÁPIDA QUE CABE NO SEU BOLSO

paraisonet

Com a Paraisonet você não vai ter mais dor de cabeça ao se conectar

Fale com um de nossos vendedores 3531-6200

Tenha todo o poder de uma internet mais rápida

EXCURSÃO: PORTO FERREIRA SP - A Capital da Decoração!

Dia 12/04/25 - SÁBADO - 05:30h / Volta 15:30h - R\$100,00

CONDICÃO GERAL: Viagem garantida com mínimo de 25 passageiros.

ZADA *luzismo*
Nossa maior conquista é você!

Giovane: (35) 99147-3185
WhatsZADA: (35) 99277-3646

ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA

SOLAR PARAÍSO

JovianaSolar
REPRESENTANTE COMERCIAL

Juntos gerando economia

FALE COM: (35) 98898-5181 | jovianasolar@gmail.com

Perseguição policial termina com adolescente baleado e apreendido em Paraíso

Jovem de 16 anos foi atingido por disparo após tentar tomar arma de policial durante abordagem; militar também ficou ferido

Por Ralph Diniz

Um grave incidente envolvendo perseguição policial resultou em um adolescente de 16 anos baleado e apreendido, após uma intensa fuga e resistência às ordens policiais. O caso ocorreu na noite de terça-feira (25), por volta das 22h40, em São Sebastião do Paraíso.

De acordo com informações detalhadas no boletim de ocorrência registrado pela Polícia Militar, o fato começou quando policiais em patrulhamento pela Avenida Zezé Amaral, região do bairro Jardim São José, identificaram uma motocicleta de cor branca realizando arrancadas bruscas e provocando forte ruído, incomodando moradores locais. A região já é conhecida

por frequentes denúncias relacionadas a motociclistas praticando manobras perigosas.

Após receber ordem dos policiais para parar a motocicleta, o condutor, identificado posteriormente como um adolescente de 16 anos, ignorou a abordagem e acelerou, iniciando assim uma fuga perigosa pelas ruas da cidade. Os policiais então iniciaram uma perseguição em alta velocidade, passando por diversas vias públicas, enquanto o adolescente fugia, ignorando várias placas de sinalização e avançando por cruzamentos perigosos.

Durante a perseguição, um dos policiais envolvidos, de 33 anos, conseguiu se aproximar do adolescente e novamente pediu que ele encostasse a moto. O adolescente

mais uma vez não atendeu a ordem e continuou fugindo em alta velocidade rumo ao bairro Califórnia Garden.

O momento mais crítico do episódio ocorreu na Rua Marcílio Colombaroli, quando a motocicleta conduzida pelo policial colidiu com a moto pilotada pelo adolescente em fuga. Com o impacto, os dois condutores caíram ao solo. O policial militar bateu fortemente a cabeça no chão, chegando a perder o capacete e ficando desorientado momentaneamente, além de sofrer escoriações em ambos os cotovelos e uma luxação no pé direito.

Mesmo ferido e desorientado, o policial militar conseguiu se levantar e ordenou que o adolescente se posicionasse para busca pessoal. Segundo o relato policial, o adolescen-

te não apenas recusou obedecer, como também aproveitou o estado debilitado do policial para tentar tomar a arma dele.

Durante essa tentativa de desarmamento, aconteceu um disparo com a pistola calibre .40 utilizada pelo policial militar, atingindo superficialmente o pescoço do adolescente de 16 anos. Segundo consta no registro da ocorrência o disparo teria sido acidental.

Aós o disparo, outras equipes policiais chegaram ao local para dar apoio e controlar a situação. O adolescente ferido foi socorrido pela equipe médica do SAMU e encaminhado à Santa Casa Municipal, onde foi atendido pela equipe médica e permaneceu sob observação clínica, com escolta policial, por no mínimo 12 horas. Conforme informa-

ções médicas, o adolescente sofreu apenas lesões leves e não corre risco de morte.

A motocicleta utilizada pelo adolescente durante a fuga foi apreendida após perícia técnica constatar adulteração criminosa: o chassi do veículo estava recortado, pintado e clonado, caracterizando um crime adicional. Além disso, foi constatado que o jovem não possui Carteira Nacional de Habilitação.

Quanto ao policial militar de 33 anos, que também ficou ferido durante a abordagem, ele foi socorrido e encaminhado à Unidade de Pronto Atendimento (UPA), onde recebeu os cuidados médicos necessários e foi liberado após o atendimento.

Em virtude do disparo realizado durante a abordagem,

o policial militar foi detido e encaminhado ao comando da unidade militar responsável para prestar esclarecimentos e responder aos procedimentos judiciais previstos nesse tipo de ocorrência, conforme determina o protocolo da Polícia Militar.

Outros policiais militares foram ouvidos como testemunhas e acompanharam o desdobramento das ações, que mobilizaram várias equipes e viaturas na noite do ocorrido.

A 4ª Delegacia Regional de Polícia Civil de São Sebastião do Paraíso abriu investigação detalhada sobre o caso e irá avaliar todas as circunstâncias, tanto sobre a conduta do adolescente de 16 anos quanto sobre a ação policial e o disparo da arma de fogo que atingiu o adolescente.

Fux vota contra recurso em que defesa pede soltura de Robinho

Ex-jogador cumpre sentença em penitenciária de Tremembé

FELIPE PONTES
Repórter da Agência Brasil

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou nesta sexta-feira (28), em Brasília, para que o ex-jogador de futebol Robinho permaneça preso pelo crime de estupro coletivo, pelo qual foi condenado na Itália e cuja pena ele cumpre no Brasil.

Robinho foi condenado a nove anos de prisão na Itália pelo envolvimento no estupro coletivo de uma mulher, ocorrido dentro de uma boate em Milão, em 2013. A sentença foi homologada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) para que fosse cumprida no Brasil.

O Supremo já confirmou a homologação da sentença, e o ex-jogador foi preso em março do ano passado. Ele cumpre pena na Penitenciária 2 do Complexo de Tremembé, no interior paulista.

A defesa de Robinho ingressou com um *habeas corpus* no STF para soltar o jogador, pedido que é agora julgado no plenário virtual. A sessão de julgamento começou às 11h desta sexta-feira e segue até as 23h59 da próxima sexta (4). Até o momento, Fux foi o único a votar, na condição de relator do caso.

APLICAÇÃO
RETROATIVA DE LEI
O ministro rebateu a argu-

mentação da defesa sobre a possibilidade de aplicação retroativa da Lei de Imigração (Lei nº 13.445/2017) para homologar a sentença estrangeira do ex-jogador.

Para o advogado José Eduardo Aleckmin, o dispositivo legal que permite a medida foi criado em 2017, ou seja, depois da ocorrência do crime, e por isso não poderia retroagir para prejudicar o réu, conforme princípio constitucional.

Fux afastou, contudo, a garantia constitucional de que novas normas penais não podem retroagir para prejudicar o réu. Isso porque, no entendimento do ministro, a regra sobre homologação de sentença estrangeira não tem natureza criminal.

“Sem razão a defesa. O plenário desta Suprema Corte, por maioria, afastou expressamente, ao caso concreto, o princípio da irretroatividade previsto no art. 5º, XL, da Constituição Federal, considerando-o inaplicável, na hipótese dos autos”, afirmou o ministro.

O relator ainda criticou a defesa por tentar modificar o resultado desse entendimento por meio de um embargo de declaração, tipo de recurso que, em tese, presta-se somente a esclarecer omissões, e não a reverter decisões.

Bombeiros atendem tombamento de carreta na MG 050

Bombeiros em São Sebastião do Paraíso foram acionados por volta das 06h15 da manhã desta quarta-feira (26), na MG 050, km 388, município de Pratápolis, para atender o condutor de carreta que tombou.

Chegando ao local, os bombeiros encontraram o motorista, 38 anos de idade, fora do veículo deitado ao lado do cavalo mecânico. Estava consciente, orientado, apresentando escoriações e contusões pelo corpo, queixando de dor na coluna. Foi analisado, imobilizado conforme protocolo e encaminhado a Santa Casa de



Divulgação

São Sebastião do Paraíso para atendimento médico.

O motorista relatou que transportava cimento a granel carregado hoje em Itaú de Minas para Ribeirão Preto (SP), quando percebeu que a carga movimentou dentro da carreta, ocasionando o tombamento ao realizar a curva.

A carreta tombou no canteiro lateral da rodovia, não atrapalhando o fluxo de veículos no local.

Uma equipe da Concessionária AB Nascentes estava no local, sinalizando a via.

(Ass. de Imprensa. 2.º Grup. Corpo de Bombeiros SSP)

Município realiza etapa municipal do JEMG para as modalidades coletivas



A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, iniciou terça-feira (25), as competições das modalidades coletivas dos Jogos Escolares de Minas Gerais (JEMG) 2025. O evento tem como objetivo incentivar a prática esportiva entre os jovens e contará com disputas até a próxima terça-feira (31), incluindo o vôlei de praia. As competições acontecem na Escola Estadual Ana Cândida, no Centro Social Urbano II e na Arena Olímpica João Mambri.

Promovido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), em parceria com a Secretaria de Estado de Educação, o JEMG reúne escolas públicas e privadas de todo o estado. A Arena Olímpica se destaca como um espa-



FOTOS: Divulgação



ço acessível e dedicado ao esporte, promovendo integração e participação em atividades esportivas de qualidade.

O esporte é reconhecido como fundamental para o de-

envolvimento físico, mental e social. Contribui para a melhoria da saúde, combate doenças, reduz o estresse, e incentiva a disciplina e o trabalho em equipe. Além disso, funciona como

ferramenta de inclusão social, afastando os jovens da violência e das drogas. Nos Jogos Escolares, o esporte também é um meio essencial para descobrir e fomentar novos talentos, contribuindo para a formação de cidadãos mais saudáveis e preparados para o futuro.

Para o secretário de Esportes e Lazer de São Sebastião do Paraíso, Daniel Duarte Naves, o evento reforça o compromisso da gestão municipal com o incentivo ao esporte local. “Este evento é uma oportunidade única para jovens atletas se destacarem e se envolverem cada vez mais com o esporte, promovendo saúde, integração e cidadania”, afirmou Naves.

(por Secom Pref. SSP)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMOGI - MG através do Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais Autoriza, homologa e firma Contrato referente ao **Proc. nº 29/2025, Credenciamento nº 02/2025**, cujo objeto é “**CRENCIAMENTO** de Clínicas médicas e Médicos especialistas, para prestação de serviços de consultas especializadas em **PSIQUIATRIA**”, com a empresa **CLINICA DE SAUDE MENTAL ARAGAO LTDA**, CNPJ 28.348.171/0001-25, cujo o valor global anual é R\$ 190.800,00. Torna público: o **4º Termo Aditivo ao Contrato nº 16/22**, com a empresa **SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAISO**, CNPJ: 24.899.395/0001-74(28/02/25); **4º Termo Aditivo ao Contrato nº 52/22**, com a empresa **SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAISO**, CNPJ: 24.899.395/0001-74(20/03/25); **2º Termo Aditivo ao Contrato nº 79/23**, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Itamogi e o **BANCO ITAÚ S/A**, CNPJ: 60.701.190/0001-04(28/02/25); cujo objeto é prorrogação de vigência contratual, com base no art. 57, inc. II da lei nº 8.666/93. Itamogi-MG, 28/03/25 – Rogério Antônio Campagnoli da Silva - Prefeito Municipal.

ÓTICA IMPERATRIZ
A PERFEIÇÃO DA SUA VISÃO

PRAÇA COMENDADOR JOSÉ HONÓRIO, 38 - CENTRO
SÃO SEBASTIÃO DO PARAISO - MG
TELEFONE (35) 3531-7856
WHATSAPP (35) 9902-4722

Homem é detido em Paraíso por operar drone na região do fórum

Na tarde de terça-feira, 25, a Polícia Militar recebeu denúncia sobre um drone que estaria sobrevoando o bairro Mediterrâneo, com foco no prédio do Fórum Amphilóquio Campos do Amaral, levantando suspeitas. Diante da situação, militares iniciaram o rastreamento e localizaram um cineasta de 29 anos, operando o equipamento.

O homem afirmou que estava testando o drone, que havia adquirido recentemente. No entanto, não possuía habilitação para manuseio, nem autorização de uso. Em razão disso, foi detido e encaminhado para prestar esclarecimentos. Após assinar termo de ajuste, foi liberado.

No Brasil, o uso de drones

é regido pelo Regulamento Brasileiro de Aviação Civil Especial, estabelecido pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

Além disso, a operação de drones também deve seguir normas do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) e da Agência Nacional de Telecomunicações

(Anatel). Essas regulamentações impõem exigências como registro, licenças para operações específicas e restrições de voo em determinadas áreas, incluindo espaços urbanos próximos a pessoas, edifícios e aeroportos.

O caso foi divulgado pelo jornal Correio do Sudoeste, de Guaxupé.

Vereador fiscaliza obras de abrigo municipal para animais na Serra do Campo Alegre

O vereador Juliano Carlos Reis (Biju), visitou essa semana as obras do abrigo municipal de animais na Serra do Campo Alegre, tendo acesso pela rodovia MGC 491, em São Sebastião do Paraíso. Biju afirma que muito em breve “teremos novo cenário, com maior possibilidade de cuidados com animais”.

Atuante pela causa, e por políticas públicas de esterilização para o controle populacional de animais, ele conta que quando iniciou sua jornada no Legislativo, sempre acreditou que se cada parlamentar seguisse uma bandeira e se dedicasse a ela, “conseguiríamos preencher lacunas de problemas crônicos de nossa cidade, e tais problemas pertinentes a situação dos animais de nosso município eram desafiantes. Muito abandono, falta de consciência, omissão de administrações anteriores e nenhuma política pública para fazer o controle de um senso que chega a praticamente 13 mil animais”.

O vereador salienta que teve “uma oportunidade única de contribuir para a mudança desse quadro com parceiros que eram convergentes na mesma vontade, o vereador Marcão, prefeito Marcelo Moraes, deputado Noraldino Junior e o coordenador de zoonoses Luciano Santana com toda sua equipe”.

“A partir daí, potencializamos nossas forças e levantamos um alicerce para a construção de novos rumos para a causa, com políticas públicas que vão de vacinação polivalente, microchipagem a mutilação de castração. Agora só faltava uma sede própria para acolher e cuidar dos animais com mais amor e dignidade” relata Biju.

A busca por um modelo ideal de abrigo vem desde o mandato passado. Em fevereiro de 2021, vereadores visitaram a



FOTOS: Reprodução

UBS animal de Sertãozinho (SP). Em dezembro do mesmo ano, Biju visitou o abrigo e, Alfenas. No ano passado, a Prefeitura iniciou as obras do abrigo municipal de animais.

“É de fato um grande centro de acolhimento ampliando nossas possibilidades. Vamos poder receber cães, gatos, animais de grande porte e quem sabe, um espaço para abrigar animais silvestres até que possamos ter suporte da Polícia Ambiental para encaminhar ao CETAS (Centro de triagem de animais silvestres). O CETAS mais próximo fica a 300 quilômetros de Paraíso, em Divinópolis” afirma Biju.

Nesta semana, por determinação do prefeito Marcelo Moraes, a Guarda Civil Municipal começou atuar com apreensão de animais de grande porte e multar proprietários que os deixam soltos em vias públicas, oferecendo risco no trânsito. A operação já contabilizou dezenas de recolhimento desses animais e multa de quase 17 mil reais.

“O abrigo será um divisor de águas para a harmonia de todo contexto da convivência e disciplina da situação dos animais em Paraíso. A estrutura da construção vem pra sanar todos os problemas relaciona-

dos. Cavalos, vacas, bois, enfim, haverá curral, um local apropriado para o recolhimento desses animais e fazer nossa legislação vigorar ao pé da letra. Com efetivo treinamento e veículo apropriado, a fiscalização ganha todos os mecanismos para nenhum proprietário irresponsável passar impune caso ande na contramão das leis”.

Haverá multa, custeio de estada, e quem sabe, se o tutor não buscar no prazo, o animal de grande porte poderá ser leiloado e o valor recebido revertido para melhorias em nossa cidade ou para entidades filantrópicas”.

O abrigo dará inúmeras possibilidades, como o suporte veterinário para cães comunitários e devolver para seu bairro, tratamento para filhotes abandonados os deixando aptos para instituir feiras de adoção o direcionando para uma família que lhe dê amor. Além do canil, com a capacidade três vezes maior. Haverá trato especial com os gatinhos também, em um amplo gatil, salienta Biju.

O vereador pontua que “o mais importante é gerar conscientização para a população. Poder público e população têm que andar juntos, via de



mão dupla e entender que um centro de acolhimento, não é um depósito de animais e sim uma passagem para que bichinhos ganhem uma nova perspectiva de vida. A saúde ani-

mal é inteiramente ligada com a saúde humana. Estou muito empolgado e tenho certeza que vamos ser referência na região”, finaliza Biju.

A obra do abrigo municipal de animais está orçada em R\$ 1.625.500,00. A documentação foi assinada em junho do ano passado, e o início das obras em outubro, sendo a previsão de 11 meses para a execução.

Paraíso Futsal estreia com goleada na LIDARP: equipe venceu o Guaranésia pelo placar de 5 a 1

FOTOS: Talão



A equipe do Paraíso Futsal estreou com goleada pela LIDARP (Liga Desportiva do Alto Rio Pardo Jogos), nesta quarta-feira (26), ao bater a equipe do Guaranésia pelo placar de 5 a 1, em Juruáia (MG), no Ginásio Poliesportivo Tancredo Neves.

Paraíso criou várias oportunidades na primeira etapa, mas conseguiu inaugurar o placar apenas no fim do primeiro tempo, com Tulio, que anotou o primeiro da partida.

No segundo tempo, o pivô Alessandro “Acerola” marcou duas vezes, Guilherme “Jack” uma, e Tulio, novamente, deu números finais à partida, mesmo com o adversário marcando o de honra.

O time paraense está na



Chave D, junto com Juruáia, Guaxupé, Capitólio e Guaranésia. A próxima partida na competição acontece na próxima quarta-feira (02), às 20h, contra Guaxupé, que empatou na primeira rodada em 3 a 3

contra Juruáia. A partida está marcada para ser no Ginásio Floriano Leonel da Silva, em Capitólio (MG), mas há possibilidade de mudança do local. (por Rubens Avelar)



Cooparaíso

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
CNPJ/MF Nº. 24.896.409/0001-04

O Presidente do Conselho de Administração da COOPERATIVA REGIONAL DOS CAFEICULTORES DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO LTDA - COOPARAÍSO, em obediência ao que dispõe o Estatuto Social, convoca os senhores associados da Cooperativa para comparecerem à ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a ser realizada dia **10 de Abril de 2025**, às **16:00hs (Dezesseis) horas**, na unidade da Cooperacitrus em São Sebastião do Paraíso (Salão Nobre da Cooparaíso arrendado para Cooperacitrus), localizado à Avenida Oliveira Rezende 305, nesta cidade, em primeira convocação, quando deliberará com a presença de 2/3 (dois terços) do total dos associados. Não havendo “quórum” ficam os associados convocados às **17:00hs (Dezesseite) horas**, em 2ª segunda convocação, quando deliberará com a metade e mais 01 (um) dos associados. Persistindo a falta de “quórum” a Assembleia será realizada em terceira e última convocação, às **18:00hs (Dezoito horas)**, com a presença mínima de 10 (dez) associados.

Primeira: ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

ORDEM DO DIA:

- 1- Relatório de Gestão do exercício de 2024;
- 2- Prestação de contas relativas ao exercício de 2024, compreendendo apresentação do Balanço e Demonstrações das Sobras e Perdas de 2024, parecer da Auditoria Independente parecer do Conselho Fiscal e aprovação do plenário;
- 3- Destinação do Resultado do Exercício de 2024;
- 4- Eleição dos membros do Conselho Fiscal, para o exercício de 2025; conforme estabelece o Art. 37 Inciso III do Estatuto Social;
- 5- Fixar o valor da verba a ser destinada ao Conselho de Administração, relativos a remuneração do Presidente do Conselho e Cédulas de Presença para os membros do Conselho de Administração e Conselho fiscal conforme previsto no Art. 37 Inciso IV
- 6- Outros assuntos de interesse da Cooperativa;

Para efeito de “quórum” da Assembleia o número de associados é de **4.361 (Quatro mil, trezentos e sessenta e um)**

São Sebastião do Paraíso, 21 de março de 2025.

Luiz Sergio Marques
Presidente do Conselho de Administração Cooparaíso

Cooperativa Regional dos Cafeicultores de São Sebastião do Paraíso Ltda.
Rua Carlos Momic, 140 CEP: 37951-076 Tel.: 55 (35) 9 9973-5406
São Sebastião do Paraíso Minas Gerais
www.cooparaíso.com.br

SICOOB COOPERATIVA DE CRÉDITO NOSSOCRÉDITO LTDA. SICOOB NOSSOCRÉDITO - CNPJ - 22.760.839/0001-60
Nossocrédito

Relatório da Administração 31 de dezembro de 2024
COOPERATIVA DE CRÉDITO NOSSOCRÉDITO LTDA. - SICOOB NOSSOCRÉDITO

Bem-vindos, cooperados e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024 da cooperativa financeira SICOOB NOSSOCRÉDITO.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2.405 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 8,3 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, comprometimento, responsabilidade social e justiça financeira.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. Nossa cooperativa

O SICOOB NOSSOCRÉDITO é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidas que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 90,08% nos níveis de "AA" a "C".

5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado e/ou delegado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui profissional(is) designado(s) na função Agente de Controles Internos, supervisionado(s) diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento Interno da Diretoria Executiva, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Pacto de Ética e de Conduta Profissional propostos pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No exercício de 2024, o SICOOB NOSSOCRÉDITO registrou o total de 17 manifestações. Das reclamações, 10 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933, de 29/7/2021, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. Demonstrações dos Resultados da Cooperativa

Data-base: 31 de dezembro de 2024.

Unidade de Apresentação: Em reais.

Resultados Financeiros do Período	% de variação	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Sobras do Exercício - antes dos Juros ao Capital	31,74%	21.167.833,58	36.593.192,39	27.776.224,77

Número de cooperados	% de variação	31/12/2024	31/12/2023
Total	7,36%	25.329	23.593

Carteira de Crédito	% de variação	31/12/2024	31/12/2023
Carteira Rural	24,24%	85.433.604,81	68.764.264,91
Carteira Comercial	-1,26%	351.390.771,75	355.865.909,08
Total	2,87%	436.824.376,56	424.630.173,99

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2024 o percentual de 26,02% da carteira, no montante de R\$ 148.043.044,92.

Captações	% de variação	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos à vista	25,51%	165.821.672,69	132.122.011,95
Depósitos sob aviso	-31,39%	21.118,87	30.783,07
Depósitos a prazo	69,38%	540.731.622,40	319.234.436,19
LCA	79,18%	164.843.100,75	91.999.366,03
LCI	-94,05%	4.515.702,08	75.858.911,62
Total	41,45%	875.933.216,79	619.245.508,86

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2024 o percentual de 19,64% da captação, no montante de R\$ 170.319.886,50.

Patrimônio de referência	% de variação	31/12/2024	31/12/2023
Total	26,95%	158.077.309,60	124.516.650,16

9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Conselho de Administração e Diretoria.

SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO-MG, 31 de dezembro de 2024.

BALANÇO PATRIMONIAL

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO		1.137.274.301,31	837.877.242,81
DISPONIBILIDADES	4	5.559.551,81	5.839.127,40
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	5,5,1	1.136.087.995,41	830.782.217,40
Títulos e Valores Mobiliários	5,5,1	151.954.574,12	50.209.686,96
(-) Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários	5,5,1	(1.176.029,56)	(699.784,73)
Respostas Interfinanceiras	6	534.794.129,30	345.639.886,31
Centralização Financeira	4,4	534.794.129,30	345.639.886,31
Operações de Crédito	6	436.824.376,56	424.630.173,99
Outros Ativos Financeiros	7	13.620.343,01	11.072.245,87
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(22.068.545,45)	(19.540.033,09)
(-) Operações de Crédito	6,6	(20.237.175,84)	(18.285.492,13)
(-) Outras	7,1	(1.831.409,61)	(1.254.540,96)
ATIVOS FISCALIS CORRENTES E DIFERIDOS	8	1.875.815,26	1.136.032,55
Outros Ativos	9	1.871.248,91	4.220.973,19
IMOBILIZADO DE USO	10	24.047.458,32	23.009.231,77
(-) DEPRECAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	10	(8.296.485,89)	(8.380.317,21)
TOTAL DO ATIVO		1.137.274.301,31	837.877.242,81
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.137.274.301,31	837.877.242,81
DEPÓSITOS	11	706.574.413,96	451.387.231,21
Depósitos à Vista		165.821.672,69	132.122.011,95
Depósitos Sob Aviso		21.118,87	30.783,07
Depósitos a Prazo	11,6	540.731.622,40	319.234.436,19
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		242.470.236,37	232.796.332,85
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	12	189.358.802,83	167.858.277,65
Relações Interfinanceiras	13	71.833.144,60	63.700.133,88
Repassos Interfinanceiros	13,13	71.833.144,60	63.700.133,88
Obrigações por Empréstimos e Repasses	13,2	80.174,27	269.478,15
Outros Passivos Financeiros	14	1.198.114,67	968.443,17
PROVISÕES	15	6.299.339,27	5.714.027,45
OBRIGAÇÕES FISCALIS CORRENTES E DIFERIDAS	16	842.717,18	1.122.548,61
OUTROS PASSIVOS	17	11.880.951,87	10.212.522,45
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	169.215.651,66	135.844.579,44
CAPITAL SOCIAL	18,a	19.401.366,00	18.275.810,97
RESERVAS DE SOBRES	18,b	19.229.593,36	11.147.346,11
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	18,c	8.184.692,30	6.091.428,36
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.137.274.301,31	837.877.242,81

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRES OU PERDAS

	Notas	2º Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		78.459.544,41	139.711.038,31	122.979.611,15
Operações de Crédito	20	39.606.365,12	77.804.864,25	81.569.560,65
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4,a	28.048.189,45	49.534.438,69	39.122.948,84
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5	8.804.989,84	12.371.735,99	10.277.103,66
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(49.936.142,24)	(83.847.856,61)	(67.730.631,41)
Operações de Crédito	21	(27.184.484,37)	(21.118,87)	(27.184.484,37)
Operações de Empréstimos e Repasses	13,c	(2.437.263,85)	(5.003.979,87)	(4.981.870,42)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	13,d	(8.314.393,38)	(11.587.312,30)	(9.313.035,37)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		30.523.402,17	56.863.181,70	46.248.979,74
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/IMPENDENTES E DESPESAS OPERACIONAIS		(8.145.988,96)	(17.864.565,22)	(15.887.817,89)
Ingressos e Receitas da Prestação de Serviços	22	6.546.026,24	12.266.175,56	10.260.141,66
Rendimentos de Títulos	23	2.842.245,00	5.832.170,77	5.815.308,22
Dispêndios e Despesas de Pessoal	24	(8.416.608,17)	(18.673.980,14)	(16.882.119,62)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	25	(7.433.705,64)	(15.076.158,04)	(14.088.751,90)
Dispêndios e Despesas Tributárias	26	(161.816,92)	(294.348,98)	(289.223,43)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	27	3.736.549,41	5.862.543,73	5.843.407,11
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	28	(3.869.079,88)	(7.801.956,12)	(8.866.469,73)
PROVISÕES	29	(284.500,18)	(576.382,82)	(782.833,11)
Provisões/Reversões para Contingências		(209.193,56)	(448.808,66)	(448.615,15)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(84.815,62)	(129.493,96)	(333.817,96)
RESULTADO OPERACIONAL		22.083.404,03	38.422.514,88	29.579.528,84
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	30	(5.898,23)	276.871,81	(230.713,15)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		22.077.805,80	38.699.386,69	29.348.815,79
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		319.363,74	(198.064,96)	(217.857,87)
Imposto de Renda Sobre os Não Cooperativos		203.376,25	(115.789,88)	(208.311,79)
Contribuição Social Sobre os Não Cooperativos		116.007,49	(82.294,62)	(89.445,28)
PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS		(1.229.355,96)	(1.906.139,60)	(1.354.633,90)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		21.167.833,58	36.593.192,39	27.776.224,77

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Notas	2º Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		21.167.833,58	36.593.192,39	27.776.224,77
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		21.167.833,58	36.593.192,39	27.776.224,77

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA CONTINGÊNCIAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2022		16.913.739,08	(164.650,96)	89.374.297,12	222.270,01	5.516.776,72	110.962.431,97
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Constituição de Reservas				1.516.776,72		(1.516.776,72)	
Distribuição de sobras para associados		2.003.959,88				(4.000.000,00)	(1.996.040,12)
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		284.540,10	48.247,53				332.787,63
Por Devolução (-)		(962.557,98)					(962.557,98)
Reversão/Realização de Fundos						968.861,65	968.861,65
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital						27.776.224,77	27.776.224,77
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio						(1.071.376,13)	(1.071.376,13)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		1.052.533,32					1.052.533,32
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva			20.363.996,26			(20.363.996,26)	
FATES - Alcos Cooperativos						(1.218.285,67)	(1.218.285,67)
Saldos em 31/12/2023		18.392.214,40	(116.403,43)	111.255.070,10	222.270,01	6.091.428,36	135.844.579,44
Saldos em 31/12/2024		18.392.214,40	(116.403,43)	111.255.070,10	222.270,01	6.091.428,36	135.844.579,44
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Constituição de Reservas		19.116,44			4.091.428,36	(4.091.428,36)	(1.980.883,50)
Distribuição de sobras para associados						(2.000.000,00)	(1.996.040,12)
Outros Eventos/Reservas							
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		307.842,53	14.175,70				412.018,23
Por Devolução (-)		(1.192.664,05)					(1.192.664,05)
Reversão/Realização de Fundos						1.448.738,94	1.448.738,94
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital						36.593.192,39	36.593.192,39
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio						(1.929.705,41)	(1.929.705,41)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		1.887.084,41					1.887.084,41
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva			22.917.138,45			(22.917.138,45)	
Outra Destinação			3.143.686,44			(3.143.686,44)	
FATES - Alcos Cooperativos						(1.636.938,46)	(1.636.938,46)
FATES - Alcos Não Cooperativos						(229.770,27)	(229.770,27)
Saldos em 31/12/2024		19.503.593,73	(102.227,73)	137.315.894,99	4.313.698,37	14.962.255,56	169.215.651,66
Saldos em 30/06/2024		17.674.178,50					

...CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em Reais (R\$)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO NOSSOCREDITO LTDA. - SICOOB NOSSOCREDITO, doravante denominado SICOOB NOSSOCREDITO, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em 05/06/1986, filiada à COOPERATIVA CENTRAL CRÉDITO DE MINAS GERAIS LTDA - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e componente do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 4.970/2021 e 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de Cooperativas de Crédito e sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB NOSSOCREDITO, sediado à RUA DOUTOR PLACIDINO BRIGAGÃO, Nº 927, CENTRO, SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG, possui: 11 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: SÃO TOMÁS DE AQUINO - MG, PRATÁPOLIS - MG, ITAMOGI - MG, JACUÍ - MG, SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG, PASSOS - MG, ITAÚ DE MINAS - MG, RIBEIRÃO PRETO - SP, e 1 Posto de Atendimento Digital.

O SICOOB NOSSOCREDITO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pelas Leis Complementares nº 130/2009 e 196/2022; e normas emanadas pelo Banco Central do Brasil - BCB e Conselho Monetário Nacional - CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, consoante à Resolução CMN nº 4.818/2020, alterada pela Resolução nº 5.185/2024, Resolução CMN nº 4.924/2021, alterada pela Resolução CMN nº 5.116/2024 e Resolução CMN nº 5.185/2024, Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em 06/03/2025.

b) Convergência às normas internacionais de contabilidade

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. O CMN e o Bacen aprovaram os seguintes pronunciamentos:

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	Resolução CMN nº 4.534/2016
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 - Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Resolução CMN nº 4.535/2016
CPC 28 - Propriedade para Investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 - Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021

c) Moeda Funcional e apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2024:

Instrução Normativa BCB 447 de 04 de janeiro de 2024: Altera a Instrução Normativa BCB nº 268, de 1º de abril de 2022, para criar rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Instrução Normativa BCB 459 de 26 de março de 2024: Altera as Instruções Normativas BCB ns. 268, 270, 271, 273 e 275, todas de 1º de abril de 2022, e a Instrução Normativa BCB nº 315, de 27 de outubro de 2022, para criar e alterar rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Instrução Normativa BCB 481 de 28 de junho de 2024: Altera as Instruções Normativas BCB ns. 268, 270 e 275, todas de 1º de abril de 2022, e a Instrução Normativa BCB nº 315, de 27 de outubro de 2022, para criar e alterar rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A Resolução CMN nº 4.966/2021, e alterações posteriores promovidas pelas Resoluções CMN nº 5.019/2022; 5.100/2022 e 5.146/2024 e a Resolução BCB 352/2023 que, estabelecem os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025 aos instrumentos financeiros quanto os seguintes aspectos: i) a classificação dos instrumentos financeiros em modelos de negócios e análise das características contratuais de fluxos de caixa; ii) taxa efetiva de juros das operações; iii) constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; iv) ativo problemático e stop accrual; v) divulgações e evidências em notas explicativas no que se referem aos aspectos de metodologias assim como as diretrizes para o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições financeiras e outras entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), aplicável a partir de 1º de janeiro de 2027. O objetivo também é reduzir as disparidades entre as normas contábeis do COSIF e os padrões internacionais (IFRS).

Diante da complexidade das Resoluções, aliado ao impacto contábil decorrente da revogação de 19 normativos, em especial, a Resolução CMN nº 2.682/1999 que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, o Projeto de implementação das novas normas foi feito no Sicoob de forma centralizada e conduzida pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS). Este Projeto foi dividido em etapas de modo a realizar uma transição mais eficiente. Dessa forma, o ponto de partida da Instituição foi analisar e identificar os pontos de assimetria com as normas e políticas vigentes até 31 de dezembro de 2024, considerando os impactos decorrentes das modificações necessárias em âmbitos tecnológico, redesenho de processos, identificação de papéis e responsabilidades, gestão do processo e determinação de prazos para adequação dos planos de ação elaborados em 2022. A seguir, destacamos as etapas do Projeto no Sicoob:

• **Etapas 1 - Avaliação (2022):** Englobou atividades de diagnóstico para o entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, o mapeamento dos principais sistemas impactados, a elaboração de matriz com o detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;

• **Etapas 2 - Desenho (2023):** Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, a definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas;

• **Etapas 3 - Desenvolvimento (2023/2024):** Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (por exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de "De x Para" do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.

• **Etapas 4 - Testes e Homologações (2024):** Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e a implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

• **Etapas 5 - Atividades de transição (2024):** Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial além de atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;

• **Etapas 6 - Adoção inicial (1º de janeiro de 2025):** Adoção efetiva da Resolução CMN 4.966/2021 e análise dos impactos estimados sobre o resultado e posição financeira da Instituição com a implementação da regulação contábil estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021.

Dentre as atividades da Etapa 6, a Instituição realizou no decorrer do segundo semestre de 2024, simulações de impacto para obter uma melhor compreensão do efeito potencial da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 nos saldos contábeis de patrimônio e resultado por meio das simulações de perdas esperadas.

c) Efeitos da aplicação das Resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023 no Sicoob:

Destacamos a seguir, os principais aspectos da norma com impacto em divulgações e sobre o ajuste no patrimônio líquido:

- **Classificação em modelos de negócios:** Conforme requerido pela norma, foram aprovadas pelos órgãos de governança, as Políticas de Modelos de Negócios aplicáveis a todas as entidades sistêmicas. Neste sentido, o Sicoob classificou os ativos objeto de gestão financeira nos seguintes modelos e respectivas mensurações contábeis:

• **Modelo de Negócio 1:** Manter os ativos para recebimento de fluxos de caixa contratuais;

Mensuração contábil e reconhecimento: Custo amortizado com os efeitos reconhecidos no resultado do período;

• **Modelo de Negócio 2:** Gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do Ativo Financeiro

Mensuração contábil e reconhecimento: Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) com os efeitos dos juros da operação reconhecidos no resultado do período e os ajustes decorrentes da marcação a mercado (MM) no patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários);

• Modelo de Negócio 3: Outros modelos de negócios

Mensuração contábil e reconhecimento: Valor justo por meio do resultado (VJR) com os efeitos reconhecidos no resultado do período;

As remensurações dos ativos financeiros foram avaliadas pela administração considerando as definições nos modelos de negócios e Teste de SPPJ para os instrumentos classificados nos modelos de negócios 2 e 3, previstos no art. 4º da Resolução CMN nº 4.966/2021, e da Resolução BCB nº 352/2023, como resultado, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da exigência normativa.

- **Taxa de juros efetiva da operação (TJEO):** o Sicoob, conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.966/2021, adotará de forma prospectiva a TJEO e passa a considerar os custos e receitas originados nas novas transações e que sejam qualificáveis para a aplicação da metodologia da taxa efetiva de juros para as novas operações, a partir de 1º de janeiro de 2025. Desta forma, estes custos e receitas serão incorporados aos saldos contábeis brutos das transações e reconhecidos no resultado.

- **Suspensão dos juros (stop accrual):** de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021, a suspensão de juros de um contrato deve ocorrer quando o ativo for marcado com problemas de recuperação (caracterização do ativo problemático) ou quando ocorrer atraso superior a 90 (noventa dias), diferentemente do que estabelecia a Resolução CMN nº 2.682/1999, cujo parâmetro para suspensão dos juros era apenas para as operações que apresentassem atrasos superiores a 59 (cinquenta e nove dias).

Conforme diretrizes constantes no Comunicado BCB nº 42.403/2024, a Instituição adotou na carteira de crédito, o ajuste da posição de suspensão de juros (stop accrual) realizado nas operações em 31 de dezembro de 2024, mas que não atendam à condição de ativos problemáticos.

- **Alocação em estágios:** dadas as exigências normativas todos os ativos financeiros do Sicoob deverão ser alocados em estágio conforme descrito a seguir:

• **Estágio 1:** ativos financeiros que no reconhecimento inicial não apresentam problemas de recuperação de crédito, ou seja, não foram caracterizados como ativos problemáticos nem houve aumento significativo do risco de crédito;

• **Estágio 2:** ativos financeiros que aumentaram significativamente o risco de crédito em relação ao apurado na alocação de origem da operação no Estágio 1 ou ativos financeiros que deixaram de ser caracterizados como ativo com recuperação de crédito;

• **Estágio 3:** ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito.

- **Perdas esperadas (PE):** A partir das simulações efetuadas no Sicoob, observamos um incremento no valor da perda esperada (PE) associadas ao risco de crédito, tal efeito principalmente oriundo da transição da metodologia de estimação de perda esperada. Portanto, os valores de perdas esperadas para os ativos financeiros consideraram os potenciais efeitos decorrentes dos pisos mínimos e/ou da aplicação dos modelos internos elaborados pela área de modelagem de riscos do Sicoob.

Acerca dos efeitos supracitados, a Instituição, segundo melhores estimativas, avaliou como efeito decorrente do cálculo de perda esperada para a Resolução CMN nº 4.966/21, um **acréscimo do provisionamento no valor de R\$ 2.986.748,53 correspondente a 2,21% sobre o patrimônio líquido**, líquido dos efeitos fiscais. Os ajustes serão realizados a partir de 01 de janeiro de 2025 dentro do patrimônio líquido.

- **Baixa para prejuízo de ativos financeiros (desreconhecimento/Write-Off):** O ativo financeiro deverá ser baixado para prejuízo quando não seja provável que a instituição recupere o seu valor. Isto é, quando a recuperação seja remota. Os critérios devem estabelecidos para a baixa dos ativos financeiros devem ser consistentes e passíveis de verificação.

- **Hierarquia de valor justo:** os instrumentos financeiros do Sicoob serão categorizados conforme hierarquia do valor justo, descritos a seguir:

• **Nível 1:** instrumentos financeiros cujos preços cotados (não ajustados) são feitos em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos disponíveis na data da mensuração;

• **Nível 2:** instrumentos financeiros cujos preços incluem informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente. Neste caso, os ativos são precificados internamente pois não há mercado que os precifique.

• **Nível 3:** instrumentos financeiros para os quais não há mercado ativo e tampouco informações observáveis para tal.

- **Efeitos tributários Cooperativas:** em decorrência da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, para as cooperativas não há efeitos tributários a serem registrados dado que a Lei 14.462/2021 não é aplicável.

d) Outros aspectos de regulação:

Concomitante a mudança trazida pelas Resoluções já mencionadas, está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. O Banco Central do Brasil (BCB) reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. As alterações promovidas foram publicadas pelo órgão regulador nos seguintes normativos:

i) **Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022:** define os subgrupos contábeis do elenco de contas do COSIF;

ii) **Resolução BCB nº 390, de 12 de junho de 2024:** trata da utilização do Padrão Contábil (Cosif) e da estrutura do elenco de contas do COSIF;

iii) **Instruções Normativas BCB nº 426 a 433:** atualizadas em 05 de novembro de 2024 pelas Instruções Normativas BCB nº 537 a 544: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos: (i) ativo realizável e permanente; (ii) grupos de compensação ativa e passiva; (iii) passivo exigível; (iv) patrimônio líquido; (v) resultado credor e devedor;

Os impactos da adoção dos normativos citados foram avaliados pelo Sicoob e estarão refletidos na contabilidade a partir de 1º de janeiro de 2025 quando passam a vigorar.

Em complemento, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil deverão aplicar a partir de 1º de janeiro de 2025, a Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021, e respectivas alterações posteriores da Resolução CMN nº 5.101, de 24 de agosto de 2023, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil tanto na condição de arrendadora como arrendatária. Essa norma estabelece os requisitos para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituições financeiras com base no CPC 06 (R2) - Arrendamentos. A norma é aplicável a todos os contratos de arrendamento, contudo, faculta às instituições financeiras a aplicação prospectiva conforme Artigo 2º, parágrafo 5º da referida Resolução.

Tendo como base as análises efetuadas e a facilidade prevista na Resolução, a instituição adotará a norma prospectivamente para os contratos a serem celebrados a partir de 1º de janeiro de 2025, data em que passa a vigorar conforme determinação da autoridade monetária.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

Compõem os Títulos e Valores Mobiliários:

i) **Participações de Cooperativas:** registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020, alterada pela Resolução CMN 5.116/2024, e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 01/04/2022.

ii) **Cédulas de Produto Rural (CPRs):** títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado. As Cédulas de Produto Rural (CPRs) são importantes fontes de financiamento para os produtores rurais, precisam ser registradas ou depositadas em instituições autorizadas pelo Banco Central (BC). É um título de crédito emitido por produtores rurais, cooperativas e associações, com a finalidade de captação de recursos para produção ou empreendimento, com aval de uma instituição financeira.

A Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira (CPR-F), prefixada e pós-fixada, é um título representativo de uma obrigação em dinheiro, cujo índice de apuração do débito é o valor do produto especificado na cédula mais juros pactuados.

Para realização da provisão de desvalorização da CPR são utilizadas as métricas de cálculo da Resolução CMN 2.682/99, considerando o nível de risco e dias de atraso.

f) Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e

CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA...

...CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR

controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução, a Resolução CMN nº 4.747/2019 determina a segregação dos ativos não financeiros mantidos para venda em próprios e recebidos de terceiros. A mensuração do valor contábil e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/2021.

j) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

k) Imobilizado de Uso

Está composto por equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.532/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens: imóveis de uso – 4%, equipamentos de uso – 10%; veículos e processamento de dados – 20%.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, são amortizados a uma taxa anual de 20%.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar essa obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para Demandas Judiciais são reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda passíveis são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

s) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR/2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 15% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não Associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não Associado.

O resultado apurado em operações realizadas com Associados não tem incidência de tributação.

t) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

u) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

v) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

w) Instrumentos Financeiros

O SICOOB NOSSOCRÉDITO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações com característica de crédito, operações de câmbio, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses, dentre outros.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

x) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e depósitos bancários	5.550.851,81	5.839.137,40
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	534.794.129,30	345.639.886,31
TOTAL	540.344.981,11	351.479.023,71

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS como determinado no art. 3º, da Resolução CMN nº 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, cujos rendimentos auferidos nos períodos de 31 de dezembro de 2024 e de 31 de dezembro de 2023 registrados em contrapartida à receita de "Ingressos de Depósitos Interooperativos", foram respectivamente:

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendimentos da Centralização Financeira	28.048.198,45	49.534.438,69	39.122.946,84

5. Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, títulos e valores mobiliários estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Participação em Cooperativa Central de Crédito (a)	-	21.280.006,96	21.280.006,96	-	19.059.482,63	19.059.482,63
CPR-F (b)	47.878.039,25	82.796.527,91	130.674.567,16	14.817.238,79	16.332.965,54	31.150.204,33
(c) Provisão para Desvalorização de Títulos (b.1)	(485.827,83)	(690.201,75)	(1.176.029,58)	(699.784,73)	-	(699.784,73)
TOTAL	47.392.211,42	82.106.326,16	150.778.544,54	14.117.454,06	35.392.448,17	49.509.902,23

(a) Referem-se a saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 1/4/2022. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das "Atividades de Investimento", tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco central do

Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

(b) Referem-se às Cédulas de Produto Rural (CPR-F) liberadas aos Cooperados, conforme Lei nº 8.929/1994 e alterações posteriores.

(c.1) Referem-se aos valores destinados à formação de provisão para desvalorizações de títulos e valores mobiliários das CPRs.

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, registrados em contrapartida à receita de "Rendas de Títulos de Renda Fixa", foram, respectivamente:

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Títulos de Renda Fixa	8.727.170,53	12.747.980,84	2.596.888,39
Reversão de Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários	799.259,59	905.657,48	87.829,25
Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários	(721.449,28)	(1.381.902,33)	(787.613,98)
TOTAL	8.804.980,84	12.271.735,99	1.897.103,66

6. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	137.804.225,30	105.676.103,35	243.480.328,65	124.153.887,45	126.401.898,40	250.555.785,85
Financiamentos	40.026.791,38	67.883.651,72	107.910.443,10	32.638.626,71	72.671.496,52	105.310.123,23
Financiamentos Rurais	60.388.277,14	25.045.327,67	85.433.604,81	42.730.284,81	26.033.980,10	68.764.264,91
Total de Operações de Crédito	238.219.293,82	198.605.082,74	436.824.376,56	199.522.798,97	225.107.375,02	424.630.173,99
(c) Provisões para Operações de Crédito	(11.494.417,80)	(8.742.758,04)	(20.237.175,84)	(9.147.229,78)	(9.138.262,35)	(18.285.492,13)
TOTAL	226.724.876,02	189.862.324,70	416.587.200,72	190.375.569,19	215.969.112,67	406.344.681,86

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2024	Provisões 31/12/2024	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023
AA - Normal	24.159.149,70	31.902.780,49	27.587.819,70	83.649.749,89	-	70.212.612,58	-
A - Normal	84.216.471,68	28.759.234,58	35.838.021,80	148.813.738,06	(744.068,77)	145.173.473,68	(725.867,37)
B - Normal	62.474.790,48	28.868.783,86	17.557.990,24	108.901.534,58	(1.089.015,48)	113.401.019,82	(1.134.010,20)
B 1 - Vencidas	671.268,10	48.426,71	-	719.694,81	(7.197,08)	393.117,83	(3.931,18)
C - Normal	38.990.590,45	12.225.452,24	1.777.051,30	52.993.093,99	(1.589.792,95)	46.027.856,99	(1.380.835,71)
C 3 - Vencidas	285.968,40	120.220,96	-	406.189,36	(12.185,81)	2.086.241,26	(62.587,24)
D - Normal	13.782.422,67	1.173.152,79	1.994.037,85	16.949.613,31	(1.694.961,46)	27.324.277,89	(2.732.427,79)
D 10 - Vencidas	723.053,72	1.914.647,50	-	2.637.701,22	(263.770,25)	3.448.527,10	(344.852,71)
E - Normal	3.583.641,93	408.408,69	392.505,89	4.384.556,51	(1.315.367,08)	2.715.621,35	(814.686,41)
E 30 - Vencidas	2.189.212,46	914.554,52	-	3.103.766,98	(931.130,22)	1.501.335,62	(450.400,69)
F - Normal	1.104.144,75	189.388,08	-	1.293.532,83	(646.766,55)	1.285.407,23	(642.703,62)
F 50 - Vencidas	928.750,64	257.876,72	-	1.186.627,36	(593.313,77)	1.105.251,80	(552.627,20)
G - Normal	475.102,45	69.464,98	-	544.567,43	(381.197,33)	1.191.273,22	(833.891,25)
G 70 - Vencidas	884.876,63	20.494,36	-	905.370,99	(633.759,63)	524.956,33	(367.469,43)
H - Normal	3.244.374,79	68.202,58	286.178,03	3.598.755,40	(3.598.755,40)	3.102.833,18	(3.102.833,18)
H 100 - Vencidas	5.785.539,82	969.354,04	-	6.754.893,86	(6.735.893,86)	5.136.368,17	(5.136.368,17)
Total Normal	232.030.658,88	103.664.868,29	85.433.604,81	421.129.131,98	(11.059.925,02)	410.434.375,88	(11.367.255,51)
Total Vencidas	11.449.669,77	4.245.574,81	-	15.695.244,58	(9.177.250,82)	14.195.798,11	(6.918.236,62)
Total Geral	243.480.328,65	107.910.443,10	85.433.604,81	436.824.376,56	(20.237.175,84)	424.630.173,99	(18.285.492,13)
Provisões	(16.392.592,44)	(2.833.168,23)	(1.011.415,17)	(20.237.175,84)	-	(18.285.492,13)	-
Total Líquido	227.087.736,21	105.077.274,87	84.422.189,64	416.587.200,72	-	406.344.681,86	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e Títulos Descontados	45.673.441,43	92.130.783,87	105.676.103,35	243.480.328,65	250.555.785,85
Financiamentos	7.929.335,04	32.097.456,34	67.883.651,72	107.910.443,10	105.310.123,23
Financiamentos Rurais	4.269.588,64	56.118.688,50	25.045.327,67	85.433.604,81	68.764.264,91
TOTAL	57.872.365,11	180.346.928,71	198.605.082,74	436.824.376,56	424.630.173,99

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	% da Carteira	31/12/2024	31/12/2023
Setor Privado - Comércio	24.433.082,80	6.914.959,87	-	7,18%	31.348.042,67	31.716.223,58
Setor Privado - Indústria	4.085.905,52	1.595.362,83	-	1,30%	5.681.268,35	5.821.425,99
Setor Privado - Serviços	47.242.150,38	21.010.323,46	-	15,62%	68.252.473,84	75.409.383,32
Pessoa Física	166.332.766,99	78.148.760,68	84.247.852,41	75,25%	328.729.380,08	307.205.965,43
Outros	1.386.422,96	241.036,26	1.185.752,40	0,64%	2.813.211,62	4.477.175,67
TOTAL	243.480.328,65	107.910.443,10	85.433.604,81	100,00%	436.824.376,56	424.630.173,99

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12
-----------	-------

...CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR

(e) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pis	-	387.998,10	387.998,10	-	354.004,48	354.004,48
COFINS	-	1.904.229,81	1.904.229,81	-	1.737.394,72	1.737.394,72
IRPJ	-	1.815.675,19	1.815.675,19	-	1.656.598,65	1.656.598,65
CSLL	-	946.462,25	946.462,25	-	863.539,97	863.539,97
Interposição de Recursos Fiscais	-	45.442,34	45.442,34	-	41.461,01	41.461,01
Outros Devedores por Depósitos em Garantia	-	186.634,97	186.634,97	-	162.590,77	162.590,77
TOTAL	-	5.286.442,66	5.286.442,66	-	4.815.589,60	4.815.589,60

7.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões para Avals e Fianças Honoradas	(1.824.943,85)	-	(1.824.943,85)	(1.251.353,50)	-	(1.251.353,50)
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	(6.388,68)	(77,08)	(6.465,76)	(3.187,46)	-	(3.187,46)
TOTAL	(1.831.332,53)	(77,08)	(1.831.409,61)	(1.254.540,96)	-	(1.254.540,96)

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avals e Fianças Honoradas	Devedores por Compra de Valores e Bens		Provisões 31/12/2024		Total em 31/12/2023		Provisões 31/12/2023	
		Total em 31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023				
AI 0,5% Normal	-	18.168,21	18.168,21	(90,87)	-	-	-	-	-
E 30% Normal	45.684,56	-	45.684,56	(13.705,40)	123.006,42	(36.901,93)	-	-	-
E 30% Vencidas	153.975,43	-	153.975,43	(46.192,66)	412.814,37	(123.844,31)	-	-	-
F 50% Normal	10.273,02	-	10.273,02	(5.136,52)	5.514,72	(2.757,36)	-	-	-
F 50% Vencidas	416.359,80	-	416.359,80	(208.179,93)	234.037,24	(117.018,76)	-	-	-
G 70% Normal	3.835,24	-	3.835,24	(2.684,70)	2.891,33	(2.023,93)	-	-	-
G 70% Vencidas	149.710,46	-	149.710,46	(104.797,35)	175.589,90	(122.912,93)	-	-	-
HI 100% Vencidas	1.450.622,18	-	1.450.622,18	(1.450.622,18)	849.081,74	(849.081,74)	-	-	-
Total Normal	59.792,82	18.168,21	77.961,03	(21.617,49)	131.412,47	(41.683,22)	-	-	-
Total Vencidos	2.170.667,87	-	2.170.667,87	(1.809.792,12)	1.671.523,25	(1.212.857,74)	-	-	-
Total Geral	2.230.460,69	18.168,21	2.248.628,90	(1.831.409,61)	1.802.935,72	(1.254.540,96)	-	-	-
Provisões	(1.824.943,85)	(6.465,76)	(1.831.409,61)	(1.254.540,96)	-	-	-	-	-
Total Líquido	405.516,84	11.702,45	417.219,29	548.394,76	-	-	-	-	-

8. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
IRPJ não compensado no próprio exercício	75.095,94	-	75.095,94	-	-	-
CSLL não compensado no próprio exercício	27.581,62	-	27.581,62	-	-	-
Contribuição Social - antecipações - a compensar	-	-	-	63.006,67	-	63.006,67
IRPJ - antecipações - a compensar	-	-	-	111.068,66	-	111.068,66
ISS - imposto s/serviços - a compensar	75,00	-	75,00	75,00	-	150,00
COFINS - a compensar	26.636,32	-	26.636,32	17.502,59	-	17.502,59
PIS - a compensar	5.757,24	-	5.757,24	3.782,55	-	3.782,55
Valores a restituir - PERDCOMP	940.672,08	-	940.672,08	940.597,08	-	940.597,08
TOTAL	1.075.818,20	-	1.075.818,20	1.136.032,55	-	1.136.032,55

9. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os outros ativos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	762,03	-	762,03	59.950,26	-	59.950,26
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	4.810,14	-	4.810,14	82.347,77	-	82.347,77
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	40.600,00	-	40.600,00	17.116,10	-	17.116,10
Devedores Diversos - País (a)	27.457,39	-	27.457,39	406.289,39	-	406.289,39
Ativos não Financ Mantidos para Venda - Recebidos (b)	1.094.327,26	393.708,37	1.488.035,63	3.197.831,03	36.708,37	3.234.539,40
(-) Prov Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda - Rec. (c)	(102.327,26)	-	(102.327,26)	(95.084,21)	-	(95.084,21)
Despesas Antecipadas (d)	411.910,98	-	411.910,98	515.814,48	-	515.814,48
TOTAL	1.477.540,54	393.708,37	1.871.248,91	4.184.264,82	36.708,37	4.220.973,19

(a) Em Devedores Diversos estão registrados:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar	19.471,74	-	19.471,74	1.034,57	-	1.034,57
Seguros Contratados a Receber	-	-	-	955,60	-	955,60
Pendências a Regularizar - Banco Sicoob	151,80	-	151,80	7.067,31	-	7.067,31
Diferença de Caixa	2,00	-	2,00	300.121,29	-	300.121,29
Estoque de Pontos	-	-	-	6.063,16	-	6.063,16
Pendências Avals	0,52	-	0,52	89.716,14	-	89.716,14
Prosgro - Adicional	-	-	-	1.331,32	-	1.331,32
Outros Devedores Diversos	7.831,33	-	7.831,33	-	-	-
TOTAL	27.457,39	-	27.457,39	406.289,39	-	406.289,39

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(c) Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em "Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos".

(d) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

10. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os montantes do imobilizado de uso estão assim compostos:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2024		31/12/2023	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imobilizado em Curso (a)	-	1.372.137,58	-	-	-
Terenos	-	5.470.709,30	5.470.709,30	-	-
Edificações	4%	6.506.017,78	6.506.017,78	-	-
Instalações	10%	1.670.193,39	2.072.111,85	-	-
Móveis e equipamentos de Uso	10%	3.207.144,64	2.796.897,84	-	-
Sistema de Processamento de Dados	20%	4.370.648,43	4.210.627,97	-	-
Sistema de Segurança	10%	740.803,93	743.415,54	-	-
Sistema de Transporte	20%	46.709,27	834.120,63	-	-
Beneficentários em Imóveis de Terceiros	-	663.094,00	375.330,86	-	-
Total de Imobilizado de Uso	-	24.047.458,32	23.009.231,77	-	-
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	-	(1.812.047,53)	(1.551.806,77)	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	-	(920.614,11)	(1.090.153,18)	-	-
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	-	(6.048.599,29)	(5.387.167,36)	-	-
(-) Depreciação Acum. Veículos	-	(23.753,48)	(235.950,92)	-	-
(-) Depreciação Beneficentários em Imóveis de Terceiros	-	(487.471,48)	(135.239,00)	-	-
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso	-	(9.290.485,89)	(8.380.317,21)	-	-
TOTAL	-	14.756.972,43	14.628.914,56	-	-

(a) As imobilizações em curso referem-se a reformas nas agências de S.S. Paraíso, Itamogi e Jacuí-MG. E a mudanças de endereço das agências de Passos, S.S. Paraíso-MG e Ribeirão Preto - SP. Esses valores serão alocados em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciados.

11. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os depósitos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósito à Vista (a)	165.821.672,69	-	165.821.672,69	132.122.011,95	-	132.122.011,95
Depósito Sob Aviso	21.118,87	-	21.118,87	30.783,07	-	30.783,07
Depósito a Prazo (b)	539.586.595,19	1.145.027,21	540.731.622,40	318.537.024,35	697.411,84	319.234.436,19
TOTAL	705.429.386,75	1.145.027,21	706.574.413,96	450.689.819,37	697.411,84	451.387.231,21

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeira, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo. Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ - com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares - pelo Fundo Garantidor de Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em "Dispêndios de captação no mercado".

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2024		31/12/2023	
	31/12/2024	% Carteira Total	31/12/2023	% Carteira Total
Maior Depositante	29.268.175,68	3,38%	23.541.441,42	3,89%
10 Maiores Depositantes	121.748.847,36	14,04%	92.694.401,99	15,34%
50 Maiores Depositantes	256.297.805,67	29,56%	184.569.019,21	30,53%

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/24		31/12/2024		31/12/2023	
	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023	
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(1.086,84)	(2.127,15)	(5.118,03)	-	-	
Despesas de Depósitos a Prazo	(27.588.045,92)	(47.980.653,99)	(39.320.327,10)	-	-	
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(7.624.250,22)	(13.185.754,49)	(12.347.599,45)	-	-	
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(1.335.840,71)	(4.733.666,01)	(9.452.688,30)	-	-	
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(635.261,28)	(1.155.062,20)	(909.392,74)	-	-	
TOTAL	(37.184.484,97)	(67.057.263,84)	(62.035.125,62)	-	-	

12. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio - LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário - LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, estão assim compostas:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário - LCI	4.515.702,08	-	4.515.702,08	75.858.911,62	-	75.858.911,62
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	159.139.569,08	5.703.531,67	164.843.100,75	91.999.366,03	-	91.999.366,03
TOTAL	163.655.271,16	5.703.531,67	169.358.802,83	167.858.277,65	-	167.858.277,65

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 11.d - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

13. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados

...CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB NOSSOCRÉDITO, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 218.536,94 (em 2023 totalizando R\$ 203.452,77). Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

16. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	-	-	-	217.887,70	-	217.887,70
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	57.131,96	-	57.131,96	40.478,05	-	40.478,05
Impostos e Contribuições sobre Salários	519.136,18	-	519.136,18	645.279,91	-	645.279,91
Outros (a)	266.449,04	-	266.449,04	218.902,95	-	218.902,95
TOTAL	842.717,18	-	842.717,18	1.122.548,61	-	1.122.548,61

(a) A seguir, a composição dos saldos de outras obrigações fiscais, correntes e diferidas:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
IRRF sobre aplicações financeiras	233.269,32	-	233.269,32	204.016,21	-	204.016,21
ISSQN a recolher	10.746,21	-	10.746,21	9.179,70	-	9.179,70
IRRF sobre juros ao capital	22.433,51	-	22.433,51	5.707,04	-	5.707,04
TOTAL	266.449,04	-	266.449,04	218.902,95	-	218.902,95

17. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos de outros passivos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Sociais e Estatutárias (a)	7.557.417,69	-	7.557.417,69	4.552.117,18	-	4.552.117,18
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b)	1.234.390,13	-	1.234.390,13	1.202.681,21	-	1.202.681,21
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (c)	2.400.267,20	-	2.400.267,20	2.027.561,21	-	2.027.561,21
Cretores Diversos - País (d)	688.876,85	-	688.876,85	2.430.162,85	-	2.430.162,85
TOTAL	11.880.951,87	-	11.880.951,87	10.212.522,45	-	10.212.522,45

(a) A seguir, a composição dos saldos de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão para Participações nos Resultados (a.1)	1.908.129,60	-	1.908.129,60	-	-	-
Gratificações e Participações a Pagar (a.2)	557.383,59	-	557.383,59	-	-	-
Cotas de Capital a Pagar (a.3)	1.478.377,48	-	1.478.377,48	1.356.559,95	-	1.356.559,95
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.4)	3.613.527,02	-	3.613.527,02	3.195.557,23	-	3.195.557,23
TOTAL	7.557.417,69	-	7.557.417,69	4.552.117,18	-	4.552.117,18

(a.1) A Participação dos empregados nos Resultados está consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva. A Cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados em resultado e essa, modalidade de remuneração variável não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à performance da Cooperativa. A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho;

(a.2) As gratificações, segundo o artigo 457 da CLT, compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber. (Redação dada pela Lei nº 1.999, de 1.10.1953) (Vide Lei nº 13.419, de 2017);

(a.3) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.4) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de FATES para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada por meio de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registrados:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Despesas de Pessoal	0	-	1.461.091,94	1.320.555,77	-	1.320.555,77
Custos de Transações Interfinanceiras	38.998,64	-	38.998,64	39.755,93	-	39.755,93
Seguro Prestamista	237.708,32	-	237.708,32	117.499,42	-	117.499,42
Despesas com Cartões	274.967,87	-	274.967,87	201.129,95	-	201.129,95
Valores a Pagar - Domicílio Bancário	159.422,02	-	159.422,02	97.654,12	-	97.654,12
Segurança e Vigilância	55.349,10	-	55.349,10	-	-	-
Manutenção e Conservação de Bens	2.115,12	-	2.115,12	921,35	-	921,35
Transporte	27.595,75	-	27.595,75	22.370,34	-	22.370,34
Seguro	7.093,15	-	7.093,15	6.294,36	-	6.294,36
Compensação	33.025,84	-	33.025,84	178.538,18	-	178.538,18
Aluguéis	5.882,34	-	5.882,34	-	-	-
Outras Provisão para Pagamentos a Efetuar	97.017,11	-	97.017,11	42.841,79	-	42.841,79
TOTAL	2.400.267,20	-	2.400.267,20	2.027.561,21	-	2.027.561,21

(d) Os saldos em Cretores Diversos - País referem-se:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar Banco Sicoob	9.222,12	-	9.222,12	8.428,61	-	8.428,61
Valores a Repassar à Cooperativa Central	99.362,03	-	99.362,03	79.571,91	-	79.571,91
Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação	199.458,11	-	199.458,11	93.109,10	-	93.109,10
Cretores Diversos-Liquidação Cobrança	167.079,41	-	167.079,41	12.243,86	-	12.243,86
Diferença de Caixa	5.222,80	-	5.222,80	5.688,39	-	5.688,39
Valor a Pagar de Honras pelos Fundos Garantidores	198.948,74	-	198.948,74	-	-	-
Pendências a Regularizar	4.689,91	-	4.689,91	1.370,59	-	1.370,59
Proagro a Repassar	-	-	-	1.250,39	-	1.250,39
Créditos de terceir. Ativos não finan. mant. p/ venda	2.500,00	-	2.500,00	2.228.500,00	-	2.228.500,00
Outros Cretores Diversos - País	2.393,73	-	2.393,73	-	-	-
TOTAL	688.876,85	-	688.876,85	2.430.162,85	-	2.430.162,85

18. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2024		31/12/2023	
Capital Social	19.401.366,00	-	18.275.810,97	-
Quantidade de Cooperados	25.329	-	23.593	-

b) Fundo de Reserva Legal

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Reserva para Contingências

A reserva para contingências foi deliberada pela Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 2024, constituída pela destinação de parte das sobras de 2023 e possui como finalidade de custear impactos da implantação das Resoluções CMN 4.966/2021 e BCB 352/2023. Essa reserva possui prazo de validade até 31/12/2025, sendo liquidado quando encerrado esse prazo.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971. Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 07/03/2024 em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da seguinte forma:

- Reservas de Contingência, no valor de R\$ 4.091.428,36;
- Conta Corrente, no valor de R\$ 2.000.000,00.

e) Destinações Estatutárias e Legais

A seguir, apresentamos as destinações estatutárias e legais, bem como as sobras ou perdas à disposição da Assembleia Geral:

Descrição	31/12/2024		31/12/2023	
Sobras do exercício	34.663.486,98	-	26.704.848,64	-
(-) Lucro decorrente de atos não-cooperativos destinado ao FATES	(229.770,27)	-	-	-
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários	1.448.738,94	-	968.861,65	-
(-) Valores em Prejuízo Recuperados de Exercícios Anteriores (a)	(3.143.686,44)	-	(3.307.996,85)	-
Base de cálculo das destinações	32.738.769,21	-	24.365.713,44	-
(-) Destinação para o Fundo de Reserva (b)	(22.917.138,45)	-	(17.055.999,41)	-
(-) Destinação para o FATES - atos cooperativos (c)	(1.636.938,46)	-	(1.218.285,67)	-
Sobras à disposição da Assembleia Geral	8.184.692,30	-	6.091.428,36	-

a) Conforme estatuto social da cooperativa, poderão ser canalizados ao Fundo de Reserva, antes da apuração das destinações obrigatórias, as doações sem destinação específica e, a critério do Conselho de Administração, os valores em prejuízo recuperados de exercícios anteriores e outros valores objeto de recuperação, inclusive em decorrência da legislação aplicável. Na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) esse montante foi adicionado a destinação estatutária obrigatória para o Fundo de Reserva, e está apresentado na linha "Destinações das Sobras do Período - Fundo de Reserva".

b) 70% para o Fundo de Reserva, apurado sobre as sobras líquidas da provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e do FATES de Ato Não Cooperativo (quando positivo), e é destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento das atividades da cooperativa. A AGO poderá determinar destinação de recurso adicional ao Fundo de Reserva, além das destinações previstas no Estatuto Social.

c) 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), apuradas sobre as sobras líquidas da provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e do FATES Ato Não Cooperativo, e é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto no estatuto social, aos empregados da Cooperativa.

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 - Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

f) Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa remunerou os juros ao capital próprio ao associado, no percentual de 100% da taxa Selic para o exercício de 2024, no montante de R\$ 1.929.705,41 e em 2023, no montante de R\$ 1.071.376,13. Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020, limitado a 100% da taxa referencial Selic.

19. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o resultado de atos não cooperativos possui a seguinte composição:

Descrição	31/12/2024		31/12/2023	
Recita de prestação de serviços	3.199.426,33	-	2.999.654,64	-
Despesas específicas de atos não cooperativos	(368.675,31)	-	(567.883,74)	-
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(624.404,13)	-	(594.386,15)	-
Resultado operacional	2.206.346,89	-	1.837.384,75	-
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	276.871,61	-	(230.713,15)	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.483.218,50	-	1.606.671,60	-
IRPJ/CSLL proporcionais	(198.064,50)	-	(217.957,07)	-
Deduções - Receitas com associados (a)	(2.055.383,73)	-	(1.407.449,06)	-
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	229.770,27	-	(18.734,53)	-

(a) Saldo composto por rendas de comissionamento auferidas na comercialização pela cooperativa de produtos de terceiros aos seus associados (consórcios, seguros e maquininhas de cartões - SIPAG). Tais rendas compõe a base de tributação, por questões específicas à legislação tributária, contudo, por se originarem do relacionamento com os associados da cooperativa, não são destinadas ao Fates de Resultados com Não Associados.

Descrição	31/12/2024		31/12/2023	
Rendas De Adiantamentos A Depositantes	160.841,13	-	421.568,61	-
Rendas De Empréstimos	23.253.120,57	-	47.401.768,70	-
Rendas De Direitos Creditórios Descontados	1.053.583,70	-	2.204.820,28	-
Rendas De Financiamentos	8.915.279,45	-	17.672.733,08	-
Rendas De Financiamentos Rurais - Recursos Livres	712.058,05	-	1.636.637,14	-
Rendas De Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	722.261,94	-	1.518.988,62	-
Rendas De Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	863.833,37	-	1.528.883,46	-
Rendas De Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	476.939,30	-	802.618,36	-
Rendas De Financiamentos Rurais - Recursos de Fontes Públicas	181.616,80	-	371.047,52	-
Rendas De Créditos Por Avais E Fianças Honorários	0,50	-	0,50	-
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	3.286.830,31	-	4.345.797,78	-
TOTAL	39.606.365,12	-	77.904.864,25	-

20. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/24		31/12/2024		31/12/2023	
Rendas De Adiantamentos A Depositantes	160.841,13	-	421.568,61	-	427.299,78	-
Rendas De Empréstimos	23.253.120,57	-	47.401.768,70	-	50.550.381,48	-
Rendas De Direitos Creditórios Descontados	1.053.583,70	-	2.204.820,28	-	2.307.002,48	-
Rendas De Financiamentos	8.915.279,45	-	17.672.733,08	-	17.458.871,26	-
Rendas De Financiamentos Rurais - Recursos Livres	712.058,05	-	1.636.637,14	-	1.392.771,62	-
Rendas De Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	722.261,94	-	1.518.988,62	-	959.777,36	-
Rendas De Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	863.833,37	-	1.528.883,46	-	2.286.733,69	-
Rendas De Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	476.939,30	-	802.618,36	-	1.056.121,16	-
Rendas De Financiamentos Rurais - Recursos de Fontes Públicas	181.616,80	-	371.047,52	-	454.736,19	-
Rendas De Créditos Por Avais E Fianças Honorários	0,50	-	0,50	-	-	-
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	3.286.830,31	-	4.345.797,78	-	5.065.865,63	-
TOTAL	39.606.365,12	-	77.904.864,25	-	81.959.560,65	-

21. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/24		31/12/2024		31/12/2023	
Despesas De Captação	(37.184.484,97)	-	(67.057.263,84)	-	(62.035.125,62)	-
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(2.437.263,89)	-	(5.003.079,87)	-	(4.981.870,42)	-
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(6.314.393,38)	-	(11.587.312,30)	-	(9.713.035,37)	-
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	6.901.802,13	-	11.414.457,21	-	11.528.205,86	-
Reversões de Provisões para Outros Créditos	223.085,91	-	417.227,00	-	108.028,16	-
Provisões para Operações de Crédito	(12.088.228,77)	-	(20.802.268,80)	-	(19.685.293,22)	-
Provisões para Outros Créditos	(1.351.052,65)	-	(2.616.727,71)	-	(1.663.976,17)	-
TOTAL	(45.936.142,24)	-	(83.647.656,01)	-	(76.730.031,41)	-

22. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/24		31/12/2024		31/12/2023	

...CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR

26. Dispêndios e Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas Tributárias	(58.713,10)	(107.504,93)	(111.746,20)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(67.474,42)	(119.486,61)	(97.826,24)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(35.629,40)	(67.357,44)	(59.650,99)
TOTAL	(161.816,92)	(294.348,98)	(269.223,43)

27. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Recuperação de Encargos e Despesas	115.093,89	383.447,99	217.351,99
Distribuição de sobras da central	-	136.580,81	356.832,61
Atualização depósitos judiciais	216.715,37	462.663,06	554.618,50
Rendas de Repasses Interfinanceiros	81.881,16	193.289,49	45.018,53
Outras rendas operacionais	3.474,94	8.053,20	26.192,71
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirencia	1.235.739,52	2.684.565,65	2.551.021,94
Juros ao Capital Recebidos da Central	2.083.943,53	2.083.943,53	2.192.370,83
TOTAL	3.736.848,41	5.952.543,73	5.943.407,11

28. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(227.357,36)	(497.251,58)	(445.798,56)
Despesas de Recursos do PROAGRO	(97,25)	(97,25)	-
Outras Despesas Operacionais	(583.450,63)	(741.618,53)	(871.115,76)
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento	(2.342.407,71)	(4.300.381,07)	(2.145.612,68)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(272.276,70)	(591.951,20)	(909.716,53)
Outras Contribuições Diversas	(126.288,98)	(258.739,70)	(320.114,21)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(9.288,58)	(18.107,28)	(31.880,52)
Perdas - Demandas Trabalhistas	-	-	(20.932,61)
Perdas - Práticas Inadequadas	-	(2.340,00)	(151.588,17)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(11.403,33)	(11.732,57)	(849,02)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(386.509,34)	(1.448.738,94)	(968.861,65)
TOTAL	(3.959.079,88)	(7.870.958,12)	(5.866.469,73)

29. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Provisões/Reversões para Contingências	(209.193,56)	(446.808,86)	(448.615,15)
Provisões para Contingências	(209.193,56)	(446.808,86)	(536.737,25)
Reversões de Provisões para Contingências	-	-	88.122,10
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(84.815,62)	(129.493,96)	(333.817,96)
Provisões para Garantias Prestadas	(849.402,81)	(1.631.721,65)	(1.504.270,48)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	764.587,19	1.502.227,69	1.170.452,52
TOTAL	(294.009,18)	(576.302,82)	(782.433,11)

30. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Lucros em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	10.536,00	214.340,88	1.622,49
Lucro em Transações com Outros Valores De Bens	6.389,87	154.891,84	51.438,63
Ganhos de Capital	8.404,74	13.385,56	19.264,33
Rendas de Aluguéis	-	-	21.000,00
Outras Rendas Não Operacionais	582,50	1.420,50	2.292,63
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	-	(850,00)	(145.859,17)
(-) Perdas de Capital	(13.520,29)	(78.544,01)	(85.387,85)
Provisões/Reversões Não Operacionais	(17.991,05)	(27.773,16)	(95.084,21)
Reversão de Provisões P/ Desvalorização de Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	89.756,95	89.756,95	-
TOTAL	(5.598,23)	276.871,61	(230.713,19)

31. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

32. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 07/10/2010). Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal. As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

32.1 Transações com Partes Relacionadas e Remuneração de Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito. As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alçada de aprovação, no âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

O pessoal-chave de administração inclui os conselheiros e diretores, anualmente são deliberados os montantes de remuneração, benefícios e plano de previdência complementar na Assembleia Geral Ordinária, em cumprimento à Lei 5.764/1971 art.44.

Natureza da Operação	31/12/2024	31/12/2023
Operações Ativas		
Operação de crédito	2.701.800,55	7.041.401,26
PCLD - Provisão de crédito	1.872,57	30.319,29
Taxa média (a.m.)	2,01%	2,24%
Prazo médio (meses)	101,87	106,18
Operações Passivas		
Depósitos	11.832.235,74	3.129.394,55
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	5.233.130,83	5.290.388,58
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	-	1.193.094,11
Taxa Média Depósitos (% CDI a.m.)	100,24%	100,29%
Taxa Média - LCA (a.m.)	0,9247%	0,8964%
Taxa Média - LCI (a.m.)	0,9407%	0,8975%
Prazo Médio Depósitos (meses)	154,93	150,89
Prazo Médio - LCA (meses)	12,17	11,99
Prazo Médio - LCI (meses)	12,00	11,81
Garantias prestadas	9.426.434,13	11.757.575,44
Capital social	263.191,19	227.883,49
Remuneração	31/12/2024	31/12/2023
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(2.728.198,96)	(2.631.818,61)
Encargos sociais	(602.725,40)	(769.498,40)
Benefícios	(49.167,61)	(5.582,03)

32.2 Cooperativa Central

O SICOOB NOSSOCREDITO, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiado à SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB NOSSOCREDITO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Operações Ativas		
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira - Nota 4. a	534.794.129,30	345.639.886,31
Ativo - Participações de Cooperativas - Nota 5. a	21.280.006,96	19.059.482,63
Ativo - Rendimentos Centralização Financeira a Receber - Nota 7. b	5.174.146,77	3.240.720,30
Total de Operações Ativas	561.248.283,03	367.940.089,24
Operações Passivas		
Passivo - Repasses Interfinanceiros - Nota 13. a	5.819.611,01	6.976.741,49
Total de Operações Passivas	5.819.611,01	6.976.741,49
Receitas	31/12/2024	31/12/2023
Ingressos de Depósitos Intercapitalizados - Nota 4	49.534.438,69	39.122.948,84
Despesas		
Ratão de Despesas da Central - Nota 25. a	(1.083.653,15)	(908.448,58)
Total das Despesas	(1.083.653,15)	(908.448,58)

33. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio de referência (PR)	158.077.309,60	124.516.650,16
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	674.060.805,43	512.908.809,47
Índice de Basileia (mínimo 12%) %	23,45%	24,27%
Imobilizado para cálculo do limite	14.756.972,43	14.628.914,56
Índice de imobilização (limite 50%) %	9,34%	11,74%

34. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, social, ambiental e climático, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, cibernético e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

34.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN - Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

34.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

34.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacidade para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.
- O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.
- Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).
- Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:
 - valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapareamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapareamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
 - resultado de intermediação financeira (ΔNI): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.
- O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:
 - o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
 - os limites máximos do risco de mercado;
 - o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
 - o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
 - os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;

...CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR

- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos testes de estresse.

34.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade de a entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos a órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

34.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSC) na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliando impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;

b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;

c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

De modo a observar a propensão ao risco das atividades econômicas das contrapartes, foi elaborada a Lista de Setores Sensíveis e a Lista de Exclusão, considerando os impactos causados ao meio ambiente e na sociedade como um todo, acidentes de trabalho, exposições em mídia, fontes de receita, sensibilidade da legislação aplicável no exercício das atividades, práticas de mercado, apetite a risco institucional e risco de imagem.

O limite de concentração da exposição em setores sensíveis é de 15% (quinze por cento), considerando o saldo devedor dos setores, de forma consolidada, sobre a carteira total da cooperativa.

34.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital com finalidade avaliar e acompanhar os índices mínimos de capital regulamentar e gerencial, com intuito de manter a necessidade de capital adequada aos objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificarem, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital alinhado aos objetivos estratégicos, principais fontes de capital e plano de contingência.

Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração das instituições.

34.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;

b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;

c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;

d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;

e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

34.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças ao ambiente cibernético.

As diretrizes para o gerenciamento do risco cibernético estão definidas na Política Institucional de Risco Cibernético e no Manual de Risco Cibernético, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e procedimentos padronizados para as entidades do Sicoob.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bienalmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

35. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO-MG

RODRIGO MOURA PIMENTA
DIRETOR EXECUTIVO ADMINISTRATIVO

ROGÉRIO DE PARIZ LOGUERCIO
DIRETOR EXECUTIVO DE RISCO, CONTROLE E COMPLIANCE

WILLIANE FERNANDA BARROSO
CONTADORA CRC/MG 092.906-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito Nossocredito Ltda. - SICOOB NOSSOCREDITO

São Sebastião do Paraíso - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Cooperativa de Crédito Nossocredito Ltda. - SICOOB NOSSOCREDITO**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as práticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **SICOOB NOSSOCREDITO** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. © Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa – CNAC

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 18 de março de 2025.



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **COOPERATIVA DE CRÉDITO NOSSOCREDITO LTDA. - SICOOB NOSSOCREDITO**, reunidos em 21 de março de 2025, em cumprimento às disposições estatutárias, declara que procedeu ao exame do Balanço Patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e demais demonstrações financeiras, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração. A nossa responsabilidade é de fiscalizar e expressar uma opinião sobre as mesmas e considerando a relevância dos saldos e o volume das transações, a constatação se deu com base nas demonstrações financeiras mais representativas adotadas pela Administração.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acompanhadas das notas explicativas e do parecer da Auditoria, representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Cooperativa.

Somos de parecer favorável ao encaminhamento e aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

São Sebastião do Paraíso - MG, 21 de março de 2025.

Luiz Carlos Pedroso
Conselheiro Fiscal – Coordenador

Dimar da Silva Costa
Conselheiro Fiscal – Secretário

Marcelo Domingos Michelato da Silva
Conselheiro Fiscal – Efetivo

Conselho de Administração	
Leonardo Lima Diogo	Presidente do Conselho de Administração
Carlos Roberto Maia	Conselheiro
Daiva Maria de Queiroz	Conselheiro
Jairo Montaldi	Conselheiro
João Carlos Pieroni	Conselheiro
José Natal de Medeiros	Conselheiro
Mozair Ferreira Lara	Conselheiro
Conselho Fiscal	
Luiz Carlos Pedroso	Coodernador
Dimar da Silva Costa	Secretário
Marcelo Domingos Michelato da Silva	Efetivo
Aluisio Volpi de Sousa	Suplente
Diretoria Executiva	
Rodrigo Moura Pimenta	Diretor Executivo Administrativo
Rogério de Pariz Loguercio	Diretor Executivo de Risco, Controle e Compliance
Vanderli dos Reis Amaral	Diretora Executiva de Negócios



Aumento expressivo de casos de dengue em Paraíso acende alerta das autoridades de saúde

Cidade já registra quase mil notificações em 2025, com crescimento contínuo nas últimas semanas e bairros de todas as regiões afetados pela circulação do vírus

Por Ralph Diniz

O mais recente boletim epidemiológico divulgado pela Prefeitura de São Sebastião do Paraíso mostra um cenário preocupante com relação à dengue em 2025. Entre os dias 29 de dezembro de 2024 e 15 de março de 2025 — período que compreende as semanas epidemiológicas 1 a 11 — o município contabilizou 929 notificações de casos suspeitos da doença.

Segundo os dados do Departamento de Vigilância em Saúde, desses, 292 foram confirmados como positivos, o que representa 31,4% do total. Outros 440 casos deram resultado negativo, 197 ainda estão em investigação, e 291 não puderam ser concluídos

por falta de informações ou recusa dos pacientes.

Apesar do número significativo de casos confirmados, nenhum óbito foi registrado até o momento, e também não há óbitos em investigação. As internações hospitalares decorrentes da dengue somam 11 registros, o que demonstra que, embora o número de infecções seja elevado, a maioria dos casos tem evoluído de forma menos grave. Ainda assim, um caso de chikungunya foi notificado no período, evidenciando a presença de mais de um arbovírus circulando na cidade.

O que mais chama a atenção é o crescimento progressivo e consistente das notificações nas últimas semanas. A análise dos dados compreendidos entre 16 de fevereiro e 15

de março (semanas epidemiológicas 8 a 11) revela um aumento expressivo nos casos. Em apenas quatro semanas, o número de notificações saltou de 122 na SE 8 para 174 na SE 11, a maior marca registrada até agora no ano. Essa escalada representa um aumento de 42,6% no intervalo de um mês e reforça a tendência de avanço da doença na cidade.

O comparativo entre os anos de 2024 e 2025 também aponta um cenário de agravamento. Até a semana 7, o número de notificações de 2025 já superava o registrado no mesmo período do ano anterior. A partir da semana 8, essa diferença se acentuou. Enquanto em 2024 foram 139 notificações na SE 8, em 2025 o número foi o mesmo; porém,

nas semanas seguintes, o avanço deste ano foi mais agressivo: 147 notificações na SE 9 (contra 137 em 2024), 133 na SE 10 (contra 139 no ano anterior) e 176 na SE 11, ultrapassando as 169 do mesmo período de 2024.

No recorte por bairros, o levantamento revela que a região central do município lidera o número de notificações, com 39 casos, seguida pelo Residencial Morumbi (31), Jardim Diamantina (24) e Vila João XXIII (23). Também chamam atenção os números registrados na Vila São Pedro (17), Parque Belvedere (16), Mocoquinha (16), Santa Tereza (14), Lagoinha (14) e até mesmo na zona rural (13). A distribuição relativamente ampla dos casos por diversos bairros demons-

tra que o surto não está concentrado em uma única região, mas sim espalhado por todo o território municipal.

As unidades de saúde também revelam o peso da sobrecarga do sistema. A UPA (Unidade de Pronto Atendimento) foi responsável por 351 notificações no período, sendo a principal porta de entrada dos casos. A APS (Atendimento Primário à Saúde) notificou 99 casos, enquanto os laboratórios particulares somaram 82 notificações. A rede particular, por meio da Unimed, teve 24 notificações, e a Santa Casa de Misericórdia, 16. Outras instituições, como o Asilo São Vicente de Paulo, Ampara e a Vigilância em Saúde, também aparecem na lista, com notificações pontuais.

O aumento contínuo das notificações, o espalhamento dos casos por diferentes regiões e o crescimento em relação ao ano anterior acendem um alerta para a necessidade de ações mais intensas de prevenção e combate ao mosquito *Aedes aegypti*.

A Secretaria Municipal de Saúde tem reforçado campanhas educativas, vistorias domiciliares e o uso de inseticida em áreas com maior incidência, além dos mutirões de limpeza nos bairros. A prefeitura, no entanto, enfatiza que a população também deve fazer sua parte: eliminar focos de água parada, manter quintais limpos e permitir a entrada de agentes de saúde nas residências são atitudes essenciais neste momento.

Encontro das Mulheres Produtoras destaca protagonismo feminino na cafeicultura

O Parque da Serrinha sediou na manhã de sexta-feira, 28, o Encontro das Mulheres Produtoras, para debater e compartilhar experiências sobre cafeicultura.

O evento, promovido pela Prefeitura e pela Emater, intitulado Encontro das Mulheres Produtoras: Café — do pé à xícara, proporcionou uma imersão no universo do cultivo, processamento e mercado do café, reforçando o papel das mulheres no setor.

O prefeito Marcelo Moraes e o vice, Daniel Tales, estiveram presentes e destacaram a importância de eventos como este, ressaltando os desafios enfrentados pela Administração

Municipal. “Esse evento é muito especial, e a data do Dia Internacional da Mulher representa, de fato, o espaço que essas mulheres merecem ocupar em todos os setores da sociedade. Precisamos valorizá-las por isso e gostaríamos de deixar essa mensagem. Chegar aqui hoje, com a Sirlei, da Emater, a Camila, a FETEC prestes a acontecer, nos faz lembrar dos muitos desafios que enfrentamos para estarmos aqui”, completou o prefeito.

Após a recepção de participantes, houve a primeira palestra, pela engenheira agrônoma e extensionista agropecuária da Emater-MG, Sirlei Renata Sanfelice de Carvalho sobre o



Jessica AP Paula

tema “Cafeicultura: Iniciada a atividade, como manter a produção e quais as tomadas de decisões a serem feitas”. A especialista trouxe insights valiosos sobre gestão da lavoura e estratégias para a sustentabilidade do negócio cafeeiro.

Na sequência, às 9h30, foi a vez de Janafina Medeiros, engenheira de alimentos e sócia da Alto de Minas Soluções em Café, conduzir a palestra “Mulheres e Café: Transformando Valor em Oportunidade”. Durante sua apresentação, ela destacou como as mulheres podem agregar valor ao produto e ampliar suas oportunidades no mercado cafeeiro.

Finalizando a rodada de de-

bates, às 10h30, Pâmela Franca, barista sênior e agente de desenvolvimento rural da ACISSP AGRO, trouxe o tema “Profissionalismo e diferencial: Olhos atentos para a qualidade na cafeicultura moderna”. Com sua experiência no setor, Pâmela enfatizou a importância do controle de qualidade e das boas práticas na produção de cafés especiais.

O evento foi encerrado às 11h30, seguido de um momento de confraternização e almoço entre as participantes. A iniciativa reforçou a presença e a força das mulheres na cafeicultura, promovendo conhecimento, networking e inspiração para as produtoras da região.

ALUGA-SE: SALA COMERCIAL NO CENTRO DA CIDADE.

Cerca de 100m².
Localizado na Rua Capitão Pádua, 1.111.

TRATAR PELOS TELEFONES/WHATSAPP (35) 99975-0992 OU 99951-4141

NOVO ENDEREÇO PARA MELHOR ATENDER OS PACIENTES DE PARAÍSO E REGIÃO

CENTRO AUDITIVO PARAÍSO
LOJA FILIAL REPRESENTANTE DE APARELHOS AUDITIVOS

COMUNICAR FONOAUDIOLOGIA CLÍNICA E OCUPACIONAL

Com uma gama diferenciada de exames auditivos incluindo PAC e Bera

Mary Rose Paschoini Mosquetti
Fonoaudióloga | Crefono 5893/MG

FACILITAMOS SEU PAGAMENTO

CONVÊNIO: CASSI | CEMIG | FURNAS | ELETROBRAS | BATALHÃO

Rua Pimenta de Pádua, 1.849 - Centro
Telefone (35): 3531-2030 e 99242-2030
São Sebastião do Paraíso - Minas Gerais

REJANE IMÓVEIS
Tornando seu sonho realidade!
(35) 3531-7988

Rua Pinto Ribeiro, 899 - Centro
São Sebastião do Paraíso - MG
www.rejaneimoveis.com.br

CASAS

- **BAIRRO: JARDIM ALVORADA**
Código: 716 - Valor R\$ 110.000,00 - 02 dormitórios - sala - cozinha - banheiro - garagem para 01 carro coberto.
- **BAIRRO: VILA MARIANA**
Código: 2567 - Valor: R\$ 260.000,00
Terreno contendo três imóveis - **SOBRADO** - 1 dormitório, cozinha, 1 banheiro.
- **IMÓVEL**
- 2 dormitórios, sala, 1 banheiro social, cozinha, e lavanderia coberta.
- **IMÓVEL**
- 1 dormitório, 1 sala, 1 banheiro, 1 cozinha e garagem para 2 veículos.
- **BAIRRO: JARDIM DANIELA**
Código: 2350 - Valor R\$ 315.000,00
- 02 dormitórios, sala e cozinha conjugadas, banheiro social, área de serviço coberta, amplo quintal e garagem para 02 veículos
- **BAIRRO: PARQUE BELVEDERE**
Código: 1833 - Valor R\$ 190.000,00
- Garagem coberta para 2 veículos, espaço para motos, Sala, 2 dormitórios, Copa/cozinha conjugadas
- Banheiro social, Área de serviços coberta e Quintal aos fundos com cobertura em telha brasileira.
- **APARTAMENTO**
- **BAIRRO: CENTRO**
Código: 2201 - Valor R\$ 240.000,00
- 2 dormitórios com armários, Banheiro social, Cozinha, Área de serviços e Despensa
- **BAIRRO: CALIFÓRNIA GARDEN**
Código: 2110 - Valor R\$ 275.000,00
- 2 dormitórios, sala, copa/cozinha, banheiro social, área de serviço, área gourmet e garagem para 1 veículo. **Infraestrutura de segurança:** portão eletrônico, concertina e interfone.
- **TERRENO**
- **BAIRRO: RESIDENCIAL ESTÂNCIA ARARAS**
Código: 2581 - Valor R\$ 60.000,00
Terreno excelente localização - Documentação toda regularizada, Medindo 444,23 metros.
Observações: Terreno Documentação de regularização com as duas fases paga. Finalizando já pode passar a escritura. Comprador pode fazer contrato de compra e venda.
- **BAIRRO: ROSENTINA FIGUEIREDO**
Código: 2075 - Valor R\$ 92.000,00
Área Útil: 250 m²
- **SÍTIO**
- **BAIRRO: ZONA RURAL SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO**
Código: 2571 - Valor R 2.800.000,00
“Excelente sítio a venda em local privilegiado” - 1 sala ampla, 1 sala de jantar, 3 dormitórios sendo um deles suíte, 3 banheiros social, 1 cozinha com armários, 1 varanda com área de churrasco, 1 barracão com varanda, 1 linda piscina, 1 lago de carpas, 1 casa na árvore, 1 pomar formado e contém infraestrutura para galinheiro e criação de pavões. **Casa do caseiro:** 1 sala, 2 dormitórios, 1 banheiro social, 1 cozinha, despensa e Área total medindo 16.35.41 hectares.
- **CHÁCARA**
- **BAIRRO: QUINTA DA BOA VISTA**
Código: 1381 - Valor R\$ 160.000,00
“Lotes a partir de 1000 m².” - PEQUENA ENTRADA + PARCELAMENTO EM ATÉ 120 MESES, Área de Lazer, Rico em água, Energia elétrica, Internet e Portaria 24 horas.
- **BAIRRO: CONDOMÍNIO CAMPO ALEGRE**
Código: 2407 - Valor R\$ 495.000,00

JOSÉ EDITIS DAVID
OAB/MG 32.921/MG

SEBASTIÃO GERALDO DE PÁDUA
OAB/MG 87.410/MG

FLÁVIA INÊZ DE SOUZA PÁDUA
OAB/MG 121.764/MG

CRISTINA PAES GONÇALVES
OAB/MG 159.996/MG

JÉSSICA DE SOUZA RODRIGUES
OAB/MG 222.559/MG

ADVOGADOS

RUA JOSÉ OSÍAS DE SILLOS, 561 - F
JARDIM MORADA DO SOL
TELEFAX: (35) 3531-2013 / 99975-1958 / 99975-5530
joseditis@uol.com.br - sebastiaoapadua@adv.oabmg.org.br

acqua sport

ESCOLA DE NATAÇÃO E MUSCULAÇÃO

NATAÇÃO PARA TODA AS IDADES.

VENHA NADAR SEM FAZER ONDA.

HIDROGINÁSTICA
PISCINAS AQUECIDAS E COBERTAS

(35) 3531-4336

Rua João Rossi, 55 - Jd. São José - São Sebastião do Paraíso - MG
ac.qua.sport@hotmail.com

AVISO DE LICITAÇÃO

- Prefeitura Municipal de São Tomás de Aquino - MG. Processo de Licitação n.º 041/2025, modalidade: Dispensa de Compra Direta 023/2025, conforme inciso II Art. 75 da Lei 14.133/21. Objeto: “Prestação de serviço Especializado em manutenção de impressora multifuncional RICOH para a escola municipal do Município de São Tomás de Aquino - MG. Estimado no total de R\$ 4.670,00. Solicita propostas/documentos até 03/04/2025 por e-mail licitacao@staquino.mg.gov.br ou na sala de licitações da Prefeitura Municipal.

- Prefeitura Municipal de São Tomás de Aquino - MG. Processo de Licitação n.º 043/2025, modalidade: Dispensa de Compra Direta 024/2025, conforme inciso II Art. 75 da Lei 14.133/21. Objeto: “Aquisição de Defensivos/Herbicidas e componentes agrícolas para o Município de São Tomás de Aquino - MG. Estimado no total de R\$ 51.006,50. Solicita propostas/documentos até 03/04/2025 por e-mail licitacao@staquino.mg.gov.br ou na sala de licitações da Prefeitura Municipal.

O edital/aviso encontram-se à disposição no site www.staquino.mg.gov.br e na Pref. Munic., na Rua Alves de Figueiredo, n.º 393, Centro, nesta cidade, fone (35)3535-1228, das 09:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas, onde poderão ser lidos, examinados e adquiridos. São Tomás de Aquino - MG, 28/03/2025. Daniel Ferreira da Silva - Prefeito Municipal.